



15

11

20

22



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO**



# CÂMARA MUNICIPAL

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Gonçalves Bragança Fernandes

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Domingos Silva Tiago

**VEREADOR**  
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

**VEREADORA**  
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

**VEREADOR**  
Jorge Luis Ferreira Catarino

**VEREADOR**  
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

**VEREADOR**  
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

**VEREADORA**  
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

**VEREADORA**  
Marta Moreira de Sá Peneda

**VEREADORA**  
Ana Virgínia da Costa Pereira

**VEREADOR**  
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



15

11

20

22



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL





<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia .....	19
2. Maiambiente, E.M. ....	19
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.....	19
4. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A. ....	20
5. Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. ....	20
6. Fundação Conservatório de Música da Maia.....	20
7. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO.....	21
8. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe.....	21
9. Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior .....	22
10. Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A. ....	22
11. Primus – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. ....	22
<b>ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA</b> .....	<b>25</b>
<b>BALANÇO CONSOLIDADO</b> .....	<b>27</b>
<b>ATIVO</b> .....	<b>30</b>
Imobilizado .....	30
Circulante.....	32
Disponibilidades.....	32
Dívidas de terceiros.....	34
Acréscimos e diferimentos ativos.....	35
<b>PASSIVO</b> .....	<b>35</b>
Dívidas a Terceiros .....	35
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	38
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b> .....	<b>39</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS</b> .....	<b>41</b>
<b>INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA</b> .....	<b>47</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS</b> .....	<b>51</b>
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	53
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS ....	55
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	55
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:.....	57
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação: .....	57
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:.....	59
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:.....	60
8.2.6. Informações relativas a compromissos: .....	61
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas: .....	62
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:.....	64
8.2.9. Informações diversas.....	72
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS</b> .....	<b>75</b>
<b>ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS</b> .....	<b>81</b>



2021



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO



---

### **“Consolidar para melhor avaliar “**

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo municipal.

Neste contexto, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios assume-se, assim, como indispensável para melhorar a informação económico financeira prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

De realçar ainda que a informação financeira proveniente das contas consolidadas, uma vez que permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro e o controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, informação de relevância extrema para efeitos de controlo do défice público, e que converge de forma inequívoca no sentido das boas práticas de governança

Importa por isso, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, apresentar também as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em termos de enquadramento legal aplicável ao exercício económico de 2015, assinala-se que não houve alterações às disposições legais sobre esta matéria, permanecendo o estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No que se refere aos procedimentos e métodos de consolidação, o artigo 75.º, n.º 8, do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais prevê que: «*Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.*». Pelo que, continua a ser aplicável a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito*

*do setor público administrativo*”.

Desta forma, apresenta-se pelo sexto ano consecutivo a consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia, desta feita relativamente ao exercício de 2015, que integra informação financeira consolidada reportada ao início do exercício, considerando-a para efeitos do respetivo relato.

Em benefício da necessária e conveniente sistematização dos diferentes dados financeiros e contabilísticos das entidades que constituem o Grupo Municipal, apresenta-se o relato estruturado em três capítulos.

Um capítulo introdutório dedicado à explanação das razões subjacentes ao processo de consolidação e à definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Segue-se o relato de natureza económico-financeira, contendo o balanço consolidado e a demonstração consolidada de resultados, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal, enumerando-se os aspetos de maior preponderância no exercício em análise, assim como em termos comparativos.

Num terceiro e último capítulo, são inseridos os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, com destaque para as notas ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados. Este anexo é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e contém um vasto conjunto de informações complementares e de quadros elucidativos que ajudam a compreender e a justificar a respetiva informação financeira e seus movimentos contabilísticos.

Ultima-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

15

11

20

22



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Com a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2014 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no seu art.º 75º e seguintes), o perímetro de consolidação obrigatório do Município da Maia sofreu uma alteração significativa na medida em que se alargou a um conjunto de entidades que até então não eram consideradas relevantes para o efeito e que passaram, por força no novo normativo, a sê-lo.

O impacto maior desta mudança de critério de determinação do perímetro de consolidação foi sentido sobretudo em 2014 – com o alargamento do processo de consolidação de contas aos Fundos de Investimento Imobiliário e à Fundação Conservatório de Música da Maia (detidos a 100%), ao TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. EM (detido maioritariamente) e ainda à MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA e à PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. (com participações residuais no capital social).

Em 2015 não houve alteração às disposições legais que regulam esta matéria, donde à data de 31 de dezembro de 2015 o **grupo público municipal** é composto, à semelhança de 2014, pelo município (entidade-mãe), pelo conjunto de todas as empresas locais que integram o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, e pelo conjunto de entidades detidas e controladas de forma direta e indireta, sendo de salvaguardar que as entidades incluídas partilham o mesmo plano de consolidação e que a correspondência entre o Plano de Consolidação e o Plano de Contas individual é acautelada.

Contudo, e não obstante a manutenção do enquadramento legal desta matéria, a dinâmica própria das entidades do grupo conduziu a ligeiras alterações da composição do grupo, comparativamente com o sucedido em 2014 – concretamente, a extinção da empresa municipal Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M., em liquidação consumada em 13 de abril de 2015, conduz naturalmente à sua exclusão do reporte do grupo a 31 de dezembro do mesmo ano.

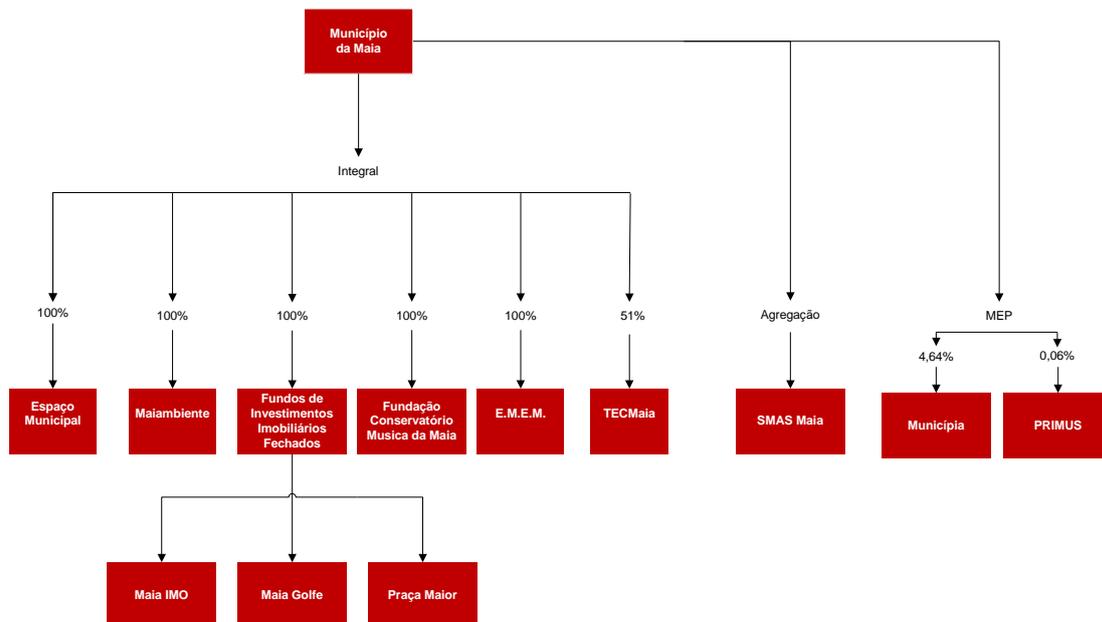
É também já conhecida do Município a muito provável exclusão do perímetro de consolidação em 2016 das empresas TECMAIA e PRIMUS, bem assim como do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR, por se estimar que estejam extintas as três entidades até 31 de dezembro próximo, porém pelo facto de não se encontrarem encerrados estes processos em 2015 foi considerada relevante a sua manutenção no grupo municipal neste ano.

Deste modo, o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição no final do exercício de 2015:

**Quadro 1**

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO				
ANO 2015				
Identificação da Empresa	N.I.P.C	Sigla	%	Custo de Aquisição
Serviços Municipalizados de Águas, Electricidade e Saneamento da Maia		SMAS Maia	n.a.	n.a
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.		E.M.E.M	100%	124.699,00
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.		Maiambiente	100%	1.496.394,00
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão Património, E.M.		Espaço Municipal	100%	12.811.338,00
Fundação Conservatório de Música da Maia		FCMM	100%	25.000,00
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.		Tecmaia	51%	2.799.390,00
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.		Municipia	4,64%	150.199,00
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. Em Liquidação		Primus	0,06%	100,00
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "MAIA IMO"		FEIF Maia Imo	100%	6.000.000,00
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "MAIA GOLFE"		FEIF Maia Golfe	100%	5.500.000,00
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "PRAÇA MAIOR"		FIIF Praça Maior	100%	5.000.000,00

**Organigrama do grupo**



Do ponto de vista metodológico, da conjugação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais com a Orientação n.º 1/2010 (publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) e, bem assim, com as instruções para a Consolidação de Contas pelos Municípios publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais, em 11 de abril de 2011, resulta a adoção dos seguintes métodos de consolidação adequados às entidades individualmente consideradas:

- Método da simples agregação para os Serviços Municipalizados;
- Método de consolidação integral para todas as entidades detidas em mais de 50% (entidades do Setor Empresarial Local, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundação Conservatório de Música da Maia);
- Método da equivalência patrimonial para as restantes entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. e PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A..

# 2025



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO  
DE CONSOLIDAÇÃO



### **1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA**

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

### **2. MAIAMBIENTE, E.M.**

A Maiambiente EM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

### **3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.**

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel;

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia;

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

#### **4. ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M., S.A.**

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

O seu objeto principal foi alterado em 2015, passando a incluir a gestão condominial de parques empresariais além das atribuições que já detinha, por delegação da Câmara Municipal da Maia: a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

#### **5. TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A., E.M.**

A Empresa Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. é uma sociedade anónima detida atualmente em 51% do seu capital pelo Município da Maia e nasceu, como projeto, em 1999 resultante da deslocalização da Texas Instruments e da Samsung de Portugal, e teve como objeto principal da sua atividade o arrendamento de imóveis.

Na Assembleia Geral Anual da sociedade Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., EM, que teve lugar no dia 30 de abril de 2015, foi aprovada a dissolução da empresa, nos termos e para os efeitos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Esta deliberação foi aprovada pelo órgão executivo do Município e homologada pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro próximo passado.

#### **6. FUNDAÇÃO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA**

A Fundação Conservatório de Música da Maia foi constituída em 09 de janeiro de 2003 e tem como atividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia.

A titularidade do capital fundacional passou para a alçada do Município da Maia por força da alteração de estatutos (aprovada por unanimidade e publicada em Diário da República na Deliberação n.º 729/2014 de 19 de março), alteração essa decorrente da entrada em dissolução e liquidação da entidade instituidora original, a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM.

A Fundação foi formalmente reconhecida enquanto tal pelo senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, por via do Despacho n.º 13.476/2009 de 9 de junho (retroagindo a 22/02/2008).

## **7. FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO MAIA IMO**

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO iniciou a sua atividade em 31 de dezembro de 2008, é detido a 100% pelo Município da Maia, e tem como principal objetivo a obtenção de uma valorização crescente do capital investido (no médio e longo prazo) através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo compete à Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

A política de investimento é a de aquisição de prédios urbanos destinados a comércio e serviços e ao desenvolvimento de projetos de construção para posterior arrendamento ou alienação.

O objetivo do Fundo consiste assim em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Gestão. Neste contexto, o Fundo tem em vista o investimento num conjunto de património disperso no Concelho da Maia, parte do qual será destinado a arrendamento e, outra parte será destinado ao desenvolvimento de projetos imobiliários compatíveis com o PDM do Concelho da Maia. A política de investimento compreenderá, nomeadamente, investimento para a aquisição de imóveis destinados a habitação, comércio, armazéns, instalações fabris, equipamentos, escritórios, turismo ou lazer, desenvolvimento de projetos de promoção imobiliária e projetos de reabilitação e revitalização urbana.

## **8. FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO MAIA GOLFE**

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia GOLFE iniciou a sua atividade em 28 de dezembro de 2007, é detido a 100% pelo Município da Maia, e tem como principal objetivo a obtenção de uma valorização crescente do capital investido (no médio e longo prazo) através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo compete à Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

O objetivo do Fundo consiste em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Gestão. Neste contexto, a administração do Fundo por conta e no interesse exclusivo dos participantes tem em vista a maximização do valor das participações e dos rendimentos a distribuir aos participantes e o bom desempenho das respetivas finalidades económicas, sociais e financeiras.

A política de investimento abrange tanto prédios rústicos como urbanos, em particular em investimentos destinados ao turismo e lazer.

## **9. FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PRAÇA MAIOR**

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior foi constituído em 23 de março de 2010, é também ele detido a 100% pelo Município da Maia e tem, também ele, como principal objetivo a valorização de um conjunto de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo é feita pela sua sociedade gestora com a denominação “GEF – Gestão de Fundos Imobiliários, S.A.”.

Os investimentos do Fundo são orientados, em especial, para o objetivo de reformulação da denominada zona desportiva da Cidade da Maia, abrindo-a à fruição não condicionada da população e integrando-a no sistema de espaços verdes de utilização coletiva, no intuito da renovação e substituição das estruturas edificadas e dos seus usos necessários à consecução dos objetivos definidos.

Conforme já foi referido na apresentação das alterações à composição do grupo público municipal, este Fundo encontra-se extinto à data da elaboração da prestação de contas de 2015. A deliberação de dissolução tomada pela Câmara Municipal em reunião extraordinária de 15 de junho de 2015 foi aprovada na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal no dia 25 de junho e surtiu eficácia em 29 de janeiro de 2016, com a formalização da extinção do fundo.

## **10. MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M. S.A.**

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. foi constituída em 1999 e tem por objeto de atividade a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (conceção, consultoria, formação), bem assim como a prestação de serviços energéticos (consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética).

Inclui-se ainda na sua atividade a comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias locais titulares da função acionista, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Município, E.M., S.A. rege-se pelos seus estatutos e pela legislação aplicável ao setor empresarial local.

## **11. PRIMUS – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E.M.T., S.A.**

A PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. define-se como uma Agência de Desenvolvimento Regional e foi constituída em 10 de julho de 1998. É uma empresa metropolitana, abrangida pela disciplina do sector empresarial local, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A 31 de dezembro de 2014 era detida maioritariamente pela Área Metropolitana do Porto e tem como objeto o desenvolvimento regional com ação na promoção, conceção, elaboração, realização e gestão de projetos de ordem económica e social na área geográfica onde se insere.

No objeto social da empresa está compreendida, designadamente:

- a) A promoção do inter-relacionamento e a articulação das iniciativas, privadas e públicas, que tenham um efeito estruturante global, regional ou sectorial;
- b) A promoção da conceção e elaboração dos respetivos projetos;
- c) A viabilização da conseqüente realização dos projetos, identificando interessados e promovendo a sua associação, bem como a canalização dos meios necessários, designadamente, tecnologias e capitais, privados e públicos.

Conforme foi também já referido na apresentação das alterações à composição do grupo público municipal, a PRIMUS encontrava-se também em processo de dissolução a 31 de dezembro próximo passado, aguardando-se para breve a conclusão do processo conducente à sua extinção.



15

1

0

2



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA





15

1

0

2



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO CONSOLIDADO



O Balanço retrata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2015 e dando a conhecer, por um lado, o Ativo controlado pelo Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e, por outro lado, o Passivo suscetível de ser liquidado por esse Ativo e, residualmente, o Capital Próprio do Grupo, que representam conjuntamente a estrutura financeira (ou seja, a origem dos fundos subjacentes aos ativos controlados).

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo –, Ativo Circulante e Acréscimos e Diferimentos. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio (ou Fundos Próprios) e o Passivo.

## Quadro 2

BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Ativo Líquido</b>	<b>506.043.086</b>	<b>100,00%</b>	<b>508.638.993</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2.595.907</b>	<b>-0,51%</b>
Imobilizado	469.518.524	92,78%	481.907.724	94,74%	-12.389.199	-2,57%
Circulante	31.605.722	6,25%	23.169.790	4,56%	8.435.933	36,41%
Existências	594.943	0,12%	617.110	0,12%	-22.167	-3,59%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6.290.031	1,24%	7.306.445	1,44%	-1.016.414	-13,91%
Disponibilidades	24.720.748	4,89%	15.246.234	3,00%	9.474.514	62,14%
Acréscimos e Diferimentos	4.918.839	0,97%	3.561.480	0,70%	1.357.359	38,11%
<b>Passivo</b>	<b>178.010.608</b>	<b>100,00%</b>	<b>192.193.269</b>	<b>100,00%</b>	<b>-14.182.661</b>	<b>-7,38%</b>
Provisões para riscos e encargos	5.036.708	2,83%	4.364.877	2,27%	671.831	15,39%
Dívidas a Terceiros	89.051.305	50,03%	97.335.375	50,64%	-8.284.070	-8,51%
Médio e Longo Prazo	63.669.563	35,77%	65.836.606	34,26%	-2.167.043	-3,29%
Curto Prazo	25.381.742	14,26%	31.498.768	16,39%	-6.117.026	-19,42%
Acréscimos e Diferimentos	83.922.595	47,14%	90.493.017	47,08%	-6.570.422	-7,26%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>328.032.479</b>	<b>100,00%</b>	<b>316.445.724</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.586.754</b>	<b>3,66%</b>
Património	323.573.227	98,64%	322.684.494	101,97%	888.733	0,28%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-12.906	0,00%	-12.913	0,00%	7	0,06%
Reservas	22.472.312	6,85%	20.900.854	6,60%	1.571.458	7,52%
Resultados Transitados	-23.136.068	-7,05%	-21.945.301	-6,93%	-1.190.767	-5,43%
Resultado Líquido do Exercício	6.288.216	1,92%	-2.254.366	-0,71%	8.542.582	378,94%
Interesses não controlados	-1.152.303	-0,35%	-2.927.044	-0,92%	1.774.741	60,63%

Un.: Euros

Da análise ao Balanço Consolidado do Grupo Municipal, verifica-se que o Ativo Líquido Total no final do exercício de 2015 perfaz 506.043.086 € (com correspondência em termos brutos ao montante de 813.477.933 €) e que representa uma variação de (-) 0,51% face ao ano anterior.

Considerando os valores dos ativos imobilizados, que representam 92,78% do Ativo Líquido Total, é ainda assim notória a preponderância do Município enquanto entidade consolidante (435.229.273 €), cuja representatividade se mantém em linha com o ano anterior em cerca de 86%.

Já o Passivo e os Fundos Próprios do Grupo Municipal atingiram no final de 2015 os montantes de 178.010.608 € e de 328.032.479 €, respetivamente – traduzindo uma ligeira melhoria ao nível da autonomia financeira face ao observado em 2014, pelos mesmos critérios de consolidação.

A tendência de redução do passivo consolidado mantém-se em continuidade com a trajetória observada em anos anteriores: uma variação de (-) 7,38% no passivo global, que contraria o aumento observado nas contas individuais do Município (cuja variação, já oportunamente explicada nas suas contas individuais, em muito advém da contração de empréstimo bancário para aquisição de terrenos à Tecmaia, com vista à realização de ativos pela participada e subsequente liquidação de passivos). Não obstante, ao nível das contas consolidadas esta operação é inócua.

Tal como no exercício precedente, a rubrica de Dívidas a Terceiros logo seguida da de Acréscimos e Diferimentos Passivos, são as que mais concorrem para a formação do Passivo, representando em conjunto cerca de 97% do Passivo total.

Nos Fundos Próprios consolidados destaca-se a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal, no montante de 323.573.227 €, que correspondem a 98,64% do total. Contrariando a evolução geral dos maiores agregados que compõem o Balanço Consolidado, os Fundos Próprios aumentam (+) 3,66%, reforçando-se o peso desta rubrica no total do Balanço (conduzindo por essa via a um reforço da autonomia financeira de 62% para 65%). Ainda nos Fundos Próprios é distinguível a dedução correspondente ao lucro atribuível a outros detentores do capital da sociedade Tecmaia (designados por *Interesses Não Controlados*) que, por força do uso do método integral, têm de estar refletidos no Balanço do Grupo – e que, no caso em concreto, pesam apenas (-) 0,35%.

No Quadro 3 proceder-se-á a uma apreciação mais detalhada de cada uma das componentes do imobilizado.

## ATIVO

### Imobilizado

Quadro 3

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL						
Descrição	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Domínio Público	94.437.306	20,11%	98.407.033	20,42%	-3.969.727	-4,03%
Imobilizações Incorpóreas	333.092	0,07%	416.815	0,09%	-83.723	-20,09%
Imobilizações Corpóreas	359.501.277	76,57%	371.362.044	77,06%	-11.860.767	-3,19%
Investimentos Financeiros	15.246.850	3,25%	11.721.832	2,43%	3.525.018	30,07%
<b>TOTAL</b>	<b>469.518.524</b>	<b>100,00%</b>	<b>481.907.724</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12.389.199</b>	<b>-2,57%</b>

Un.: Euros

Sendo constituído pelos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, o Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal evidencia uma variação de (-) 2,57%, comparativamente ao ano anterior.

Das rubricas que constituem o Imobilizado, os Bens Corpóreas figuram no Balanço Consolidado com a maior representatividade, 76,57%, imediatamente seguidos dos Bens de Domínio Público, com 20,11%,

surgindo depois os Investimentos Financeiros, com 3,25%, e por fim as Imobilizações Incorpóreas, com 0,07%.

O Imobilizado Corpóreo apresenta uma diminuição de (-) 11.860.767 €, contrariamente à evolução observada no relato individual às contas da entidade consolidante, evolução que se explica desde logo pela entrada em dissolução e liquidação da Tecmaia – a entrega de quatro lotes de terreno para saneamento de passivos representou uma saída de ativos do grupo no valor de 7.513.182 €.

Prosseguindo a análise às rubricas que observam uma tendência de diminuição, seguem-se os bens de domínio público, que diminuem em (-) 3.969.727 €, por força dos mesmos argumentos aludidos em sede de relato individual das contas da entidade mãe, uma vez que apenas esta entidade possui bens desta natureza – amortizações regulares do imobilizado correspondente.

De seguida, aparecem as Imobilizações Incorpóreas que apresentam uma variação de (-) 20,09 %, o que em termos absolutos traduz-se numa diminuição de (-) 83.723 €, em linha com o que foi verificado no Município individualmente.

Por último, no que aos Investimentos Financeiros diz respeito, o aumento de (+) 30,07% traduz a evolução do valor das participações globais do grupo em entidades extra grupo Municipal - desde logo, em 2015, o registo contabilístico da subscrição do Fundo de Apoio Municipal pela entidade consolidante, no valor de 2.990.301 €.

Encerra-se a apreciação da rubrica do Imobilizado com a inserção dos Gráfico 1 e Gráfico 2 demonstrativos das anteriores referências.

**Gráfico 1**

**Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2015**

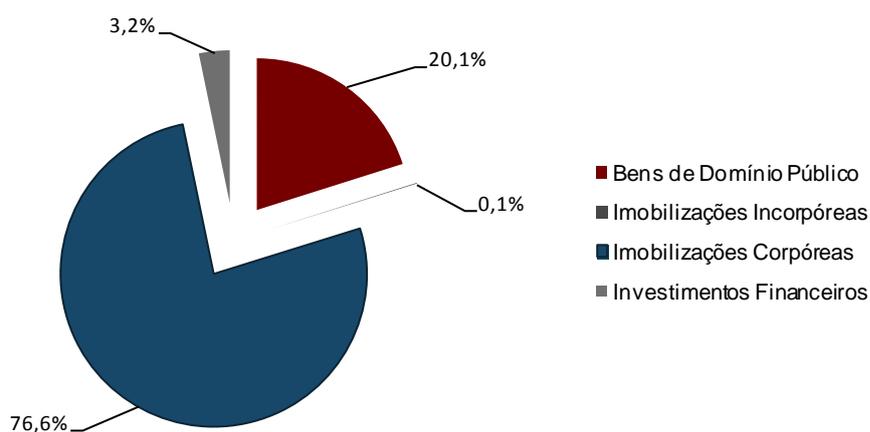
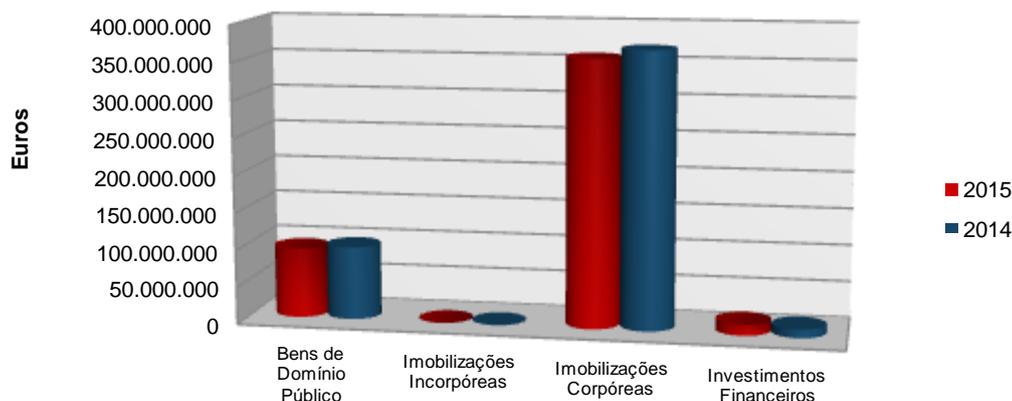


Gráfico 2

**Varição do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal  
2015/2014**



### Circulante

O montante de 31.605.722 € pertencente ao Ativo Circulante representa 6,25% do total do ativo líquido, e é constituído pelas existências, pelas dívidas de terceiros e pelas disponibilidades - detendo esta última rubrica a maior expressão com 78,22% do valor total do ativo circulante.

Em linha, as rubricas que sofreram variações negativas (existências e dívidas de terceiros de curto prazo) foram mais do que compensadas pelo aumento da Disponibilidades do Grupo que globalmente aumentaram 9.474.514 €, o que correspondeu a um aumento de 62,14% face aos valores observados em 2014.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes Disponibilidades e Dívidas de Terceiros.

### Disponibilidades

O total de Disponibilidades do Grupo Municipal, no final de 2015, ascende a 24.720.748 €, sendo 24.412.602 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito, 53.146 € por valores em caixa e 255.000 € em Títulos Negociáveis.

Deste valor total, 20.112.143 € dizem respeito ao saldo de gerência de operações orçamentais, resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial. No Quadro 4 caracteriza-se com maior detalhe a sua composição.

#### Quadro 4

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-Dez-15	31-Dez-14	Variação %
<b>RECEBIMENTOS</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.820.223,98</b>	<b>13.898.248,13</b>	<b>-22,15%</b>
<b>Receitas orçamentais</b>	<b>89.952.055,75</b>	<b>70.340.793,83</b>	<b>27,88%</b>
Correntes	66.146.933,65	68.661.508,25	-3,66%
Capital	23.803.594,96	1.644.678,24	1347,31%
Outras	1.527,14	34.607,34	-95,59%
<b>PAGAMENTOS</b>			
<b>Despesas orçamentais</b>	<b>80.660.137,05</b>	<b>73.400.818,25</b>	<b>9,89%</b>
Correntes	43.582.828,49	51.048.278,12	-14,62%
Capital	37.077.308,56	22.352.540,13	65,88%
<b>Saldo final</b>	<b>20.112.142,68</b>	<b>10.838.223,71</b>	<b>85,57%</b>

Un:Euros

Centrando a análise na natureza dos movimentos financeiros do grupo municipal, ocorridos na gerência de 2015, verifica-se que:

- as entradas de fundos ascenderam a 89.952.056 €, sendo 66.146.934 € decorrentes das receitas correntes e 23.803.595 € de natureza de capital, justificando-se o residual de 1.527 € única e exclusivamente pelas reposições não abatidas nos pagamentos da entidade mãe.
- as saídas de fundos totalizaram 80.660.137 €, dos quais 43.582.828 € provêm de pagamentos de despesas correntes e o valor de 37.077.309 € das de natureza de capital.

Comparativamente ao período homólogo assinala-se um aumento do saldo das operações orçamentais do grupo, (+) 85,57%, contribuindo para esse aumento, sobretudo, o saldo do Município.

O valor contabilizado em Títulos Negociáveis respeita na íntegra a aplicações efetuadas pela empresa Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. em Outras Aplicações de Tesouraria.

## Dívidas de terceiros

Os valores brutos e as provisões associadas podem se decompostos da seguinte forma:

**Quadro 5**

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL									
ATIVO BRUTO									
	2015				2014				Variação 2015/2014
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido Valor	Peso %	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido Valor	Peso %	
Empréstimos Concedidos	76.566	0	76.566	1,22%	82.153	0	82.153	1,12%	-6,80%
Client./Contrib./Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	13.471.657	8.262.800	5.208.857	82,81%	13.622.888	7.839.625	5.783.264	79,15%	-9,93%
Adiantamentos a Fornecedores	8.168	0	8.168	0,13%	2.459	0	2.459	0,03%	232,20%
Estado e Outros Entes Públicos	426.223	0	426.223	6,78%	286.459	0	286.459	3,92%	48,79%
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	2.103.017	1.532.800	570.216	9,07%	2.714.772	1.562.663	1.152.110	15,77%	-50,51%
<b>TOTAL</b>	<b>16.085.631</b>	<b>9.795.601</b>	<b>6.290.031</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.708.732</b>	<b>9.402.287</b>	<b>7.306.445</b>	<b>100,00%</b>	<b>-13,91%</b>

Un. Euros

Se em termos brutos o ativo do grupo municipal apresenta como Dívidas de Terceiros a quantia de 16.085.631 €, já em termos líquidos é muito menor o valor que o grupo tem a receber de terceiros, ao ascender a 6.290.031 €, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Em termos de evolução deste ativo líquido – Dívidas de Terceiros –, é constatável uma diminuição de (-) 13,91% face ao ano transato.

É notório que o montante mais expressivo das dívidas desta natureza refere-se a cobrança duvidosa, para as quais se encontram constituídas provisões no valor de 9.795.601 €, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis; em termos líquidos, este saldo aumenta 393.313 € entre 2014 e 2015, fruto da evolução dos saldos dos Serviços Municipalizados e do Município.

Da análise do Quadro 5, sobressai além da diminuição dos saldos de Clientes, Contribuintes e Utentes, a diminuição da rubrica de Outros Devedores, em (-) 50,51% (correspondentes a menos 581.893 €). Nos valores consolidados em 2015 pesam sobremaneira os saldos finais do Município, seguidos dos da Espaço Municipal, da Maiambiente e da Fundação Conservatório de Música.

Uma nota ainda para a rubrica de Empréstimos Concedidos, que respeita exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micro e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado pelo Município da Maia, enquanto entidade individual, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito; esta rubrica observou uma diminuição de (-) 6,80%.

Em contra ciclo, aumentam as rubricas de Adiantamentos a Fornecedores do grupo e de Estado e Outros Entes Públicos, respetivamente em 5.709 € e 139.764 €.

## Acréscimos e diferimentos ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, que conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento, cuja disposição se apresenta no Quadro 6.

Quadro 6

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2015	2014
	4.918.839	3.561.480
Acréscimos de Proveitos	4.666.025	3.251.037
Custos Diferidos	130.098	180.744
Ativos por Impostos Diferidos	122.716	129.699

Un: Euros

Os ativos por impostos diferidos estão relacionados com as diferenças temporárias dedutíveis em duas das entidades abrangidas: a Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. (69.791 €) e a Fundação Conservatório de Música da Maia (52.925 €).

## PASSIVO

O passivo consolidado do grupo municipal, com um valor de 178.010.608 €, é agregador de três rubricas com contributos individuais diferenciados: as provisões para riscos e encargos, com um contributo de 5.036.708 €, as dívidas a terceiros, com 89.051.305 € (representativas de 50,03% do Passivo total), e os acréscimos e diferimentos, com 83.922.595 € (47,14% do total).

Contrariando a evolução do passivo da empresa mãe, porém mantendo a tendência que já vinha a ser observada no passado recente, o passivo reflete no período em análise uma diminuição de (-) 7,38%.

Remete-se neste âmbito para a explicação detalhada da análise da dívida do Município, integrada em capítulo próprio do Relatório de Gestão das Contas Individuais, não sendo contudo despiciente assinalar que o aumento do Passivo da empresa mãe – Município - garantiu uma redução significativa do Passivo da Tecmaia, contribuindo assim de forma decisiva para a diminuição assinalada no passivo do Grupo Municipal.

## Dívidas a Terceiros

O comportamento das dívidas a terceiros do grupo como um todo determina, em grande medida e pela sua representatividade, o comportamento do próprio Passivo; esta rubrica assinala no período em apreço uma redução significativa de (-) 8,51%, a que corresponde uma variação em valor de (-) 8.284.070 €.

Pela importância de que esta informação se reveste, segue incluso quadro de análise detalhada das Dívidas a Terceiros do Grupo Municipal.

## Quadro 7

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL (*)					
	2015	Peso	2014	Peso	Variação 2015/2014
<b>Dividas a Terceiros de Médio e Longo Prazo</b>					
Empréstimos de médio e longo prazo	42.984.213	48,27%	46.530.972	47,80%	-7,62%
Fornecedores c/c - mlp	18.230.411	20,47%	18.764.720	19,28%	-2,85%
Fornecedores de Imobilizado mlp	319.009	0,36%	540.915	0,56%	-41,02%
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	2.135.929	2,40%	0	0,00%	-
<b>Sub-Total</b>	<b>63.669.563</b>	<b>71,50%</b>	<b>65.836.606</b>	<b>67,64%</b>	<b>-3,29%</b>
<b>Dividas a Terceiros de Curto Prazo</b>					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo					
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p					
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	8.559.305	9,61%	16.120.107	16,56%	-46,90%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	534.308	0,60%	445.184	0,46%	20,02%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	211.465	0,24%	211.465	0,22%	0,00%
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	427.186	0,48%	0	0,00%	-
Empréstimos de curto prazo					
Adiantamentos por conta de vendas	135.231	0,15%	379.080	0,39%	-64,33%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.164	0,01%	8.164	0,01%	0,00%
Fornecedores c/c (incluindo faturas em receção e conferência)	5.234.594	5,88%	4.826.175	4,96%	8,46%
Fornecedores de Imobilizado (incluindo faturas em receção e conferência)	77.517	0,09%	39.670	0,04%	95,41%
Estado e Outros Entes Públicos:	1.221.293	1,37%	1.202.316	1,24%	1,58%
Cientes e Utentes c/ cauções	1.084.832	1,22%	554.092	0,57%	95,79%
Outros Credores	1.900.116	2,13%	1.861.879	1,91%	2,05%
Outros Credores	5.987.731	6,72%	5.850.635	6,01%	2,34%
<b>Sub-Total</b>	<b>25.381.742</b>	<b>28,50%</b>	<b>31.498.768</b>	<b>32,36%</b>	<b>-19,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>89.051.305</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.335.375</b>	<b>100,00%</b>	<b>-8,51%</b>

Un. Euros

\* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 51% deste passivo, por força da aplicação do Método de Consolidação Integral, o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo

Em matéria de endividamento autárquico consolidado, independentemente da sua natureza, conclui-se que a ação desenvolvida pelo grupo tem sido profícua, mantendo-se a tendência de diminuição do valor do passivo total.

Na verdade, a dívida total a terceiros do grupo municipal no final de 2015, ao representar 89.051.305 €, menos (-) 8.284.070 € do que no ano transato, decrescendo (-) 8,51 %, mantém a trajetória de diminuição desde há muito iniciada pelo grupo.

Ao considerarmos a separação entre o curto prazo e o médio prazo atendendo à exigibilidade da dívida tal como apresentada no balanço, esta redução na dívida consolidada é sobretudo explicada, devido à sua materialidade, pelo decréscimo de (-) 6.117.026 € no endividamento de curto prazo (que, no fecho de 2014 se cifrava em 31.498.768 € e que em 2015 se reduz para 25.381.742 €).

A dívida a terceiros de médio e longo prazo, no valor de 63.669.563 €, surge igualmente diminuída em relação ao ano transato, em (-) 3,29%, sob a influência maior da variação da rubrica de Empréstimos de Médio e Longo Prazo em que se regista um decréscimo de (-) 3.546.758 €.

No Quadro 8 encontra-se refletida a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal em matéria de Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo, cujo montante é responsável por 71,5% das dívidas a terceiros; contrariamente ao que sucedia no Quadro 7, a dívida aqui encontra-se classificada de acordo com a sua natureza e não com a sua exigibilidade.

### Quadro 8

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL										
Descrição	2015			2014		Valor	Peso	Valor	Peso	Variação
	Fornecedores c/c mp	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Valor	Peso					
Município da Maia	0	33.928.222	2.827.447	36.755.669	50,07%	29.716.463	35,97%	23,69%		
SMAS Maia	18.764.720	0	266.143	19.030.862	25,93%	19.486.487	23,59%	-2,34%		
Empresa Metropolitana de Estacionamento	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-		
Academia das Artes	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-		
Maiambiente	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-		
Espaço Municipal	0	9.311	0	9.311	0,01%	77.146	0,09%	-87,93%		
Fundação Conservatório de Música da Maia	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-		
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	0	382.095	0	382.095	0,52%	16.239.877	19,66%	-97,65%		
FEIF Maia Golfe	0	8.345.160	0	8.345.160	11,37%	8.345.160	10,10%	0,00%		
FEIF Maia Imo	0	6.252.729	0	6.252.729	8,52%	6.252.729	7,57%	0,00%		
FIF Praça Maior	0	2.626.000	0	2.626.000	3,58%	2.495.500	3,02%	5,23%		
<b>TOTAL</b>	<b>18.764.720</b>	<b>51.543.518</b>	<b>3.093.589</b>	<b>73.401.827</b>	<b>100,00%</b>	<b>82.613.363</b>	<b>100,00%</b>	<b>-11,15%</b>		

Un: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

No cômputo global, mantém o Município a responsabilidade pela maior porção da dívida (50,07%).

Atendendo os valores apresentados, conclui-se que a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo advém da Câmara Municipal, com 50,07%, seguido pelo SMAS que contribui com 25,93% (montante que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988) e, logo depois, pelos Fundos de Investimento Imobiliário, que conjuntamente representam 23,47%; Espaço Municipal e Tecmaia respondem pelo restante num total de 0,53%.

Das variações observadas entre os dois exercícios em análise, um apontamento para o aumento da dívida de M.L.P. do Município (7.039.206 €) e a diminuição da do Tecmaia (15.857.782 €) cuja materialidade legítima incontornavelmente uma nota explicativa autónoma: ambas se relacionam com a decisão de dissolver e liquidar o Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M., que gerou do lado da empresa-mãe a contração de um empréstimo com vista à aquisição de dois lotes de terreno (a que já se aludiu amplamente na prestação de contas individual) e, do lado da participada, é consequência imediata da liquidação de passivos em curso à data do reporte financeiro.

A título complementar insere-se o Quadro 9 representativo da composição da dívida desta natureza esperado para o final da gerência de 2016, concretizadas que sejam as respetivas amortizações exigíveis a curto prazo, perspetivando-se uma nova redução superior a (-) 13%.

### Quadro 9

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL			
Descrição	Capital em Dívida a 31/12/2015	Amortizações da Dívida MLP	Capital em Dívida a 31/12/2016
<b>Município</b>			
Empréstimos de Médio e Longo Prazo			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	4.006.138	1.335.379	2.670.759
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	2.900.295	966.765	1.933.530
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	3.512.749	1.003.643	2.509.107
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecmaia	9.200.000	1.022.222	8.177.778
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	4.678.024	318.561	4.359.463
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	9.631.016	899.786	8.731.230
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	264.332	211.465	52.866
Credores das Administrações Públicas FAM	2.563.115	427.186	2.135.929
	<b>36.755.669</b>	<b>6.185.008</b>	<b>30.570.661</b>
<b>Espaço Municipal</b>			
Locações Financ. - Totta Crédito	0	0	0
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing Contrato 10-NX-91	4.656	2.427	2.229
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing Contrato 10-NX-90	4.656	2.427	2.229
	<b>9.311</b>	<b>4.853</b>	<b>4.458</b>
<b>SMAS</b>			
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	18.764.720	534.308	18.230.411
Fornecedores Imobilizado c/ cauições	266.143	0	266.143
	<b>19.030.862</b>	<b>534.308</b>	<b>18.496.554</b>
<b>Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Comercial Português	370.000	370.000	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Novo Banco	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Novo Banco	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Monte de Piedad & Caja General de Ahorros de	12.095	12.095	0
	<b>382.095</b>	<b>382.095</b>	<b>0</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	8.345.160	0	8.345.160
	<b>8.345.160</b>	<b>0</b>	<b>8.345.160</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	6.252.729	0	6.252.729
	<b>6.252.729</b>	<b>0</b>	<b>6.252.729</b>
<b>Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior</b>			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Português de Gestão	2.626.000	2.626.000	0
	<b>2.626.000</b>	<b>2.626.000</b>	<b>0</b>
<b>Total .....</b>	<b>73.401.827</b>	<b>9.732.265</b>	<b>63.669.563</b>

Un.: Euros

### Acréscimos e Diferimentos Passivos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

### Quadro 10

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2015	2014
	<b>83.922.595</b>	<b>90.493.017</b>
Acréscimos de Custos	5.075.354	8.486.962
Proveitos Diferidos	78.847.241	81.464.251
Passivos por Impostos Diferidos	0	541.804

Un.:Euros

O valor de 78.847.241 € contabilizado como Proveitos Diferidos está fundamentalmente alicerçado nos subsídios para investimentos (64.891.936 €), no qual pesam sobretudo os contributos do Município e dos SMAS - a título de participações, oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados. Este valor tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados, estando sobretudo indexados ao balanço individual da entidade consolidante.

Verifica-se uma diminuição em (-) 40,20% na rubrica de Acréscimos de Custo – nesta rubrica pesam desde logo as especializações feitas relativamente às férias e subsídios de férias pagáveis em 2016, cálculos feitos nos termos das disposições legais vigentes.

Os passivos por impostos diferidos estavam integralmente relacionados com diferenças temporárias tributárias na sociedade Tecmaia reconhecidas em 2014 e entretanto desconhecidas.

## FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal demonstram, no final de 2015, um total de 328.032.479 €, revelando face ao ano anterior um aumento de (+) 3,66%, fruto da oscilação positiva de todas as rubricas que o compõem à exceção dos Resultados Transitados.

A diferença existente entre o total dos Fundos Próprios e Resultados nas contas consolidadas e o total dos Fundos Próprios e Resultados das contas individuais do Município é justificada pelos seguintes fatores:

- Integração das contas dos SMAS no Consolidado do Grupo Municipal, não estando os ativos líquidos de passivos refletidos nas contas individuais do Município;
- Diferenças nas políticas contabilísticas adotadas pelas diferentes participadas, e consideradas no Método de Equivalência Patrimonial, face àquelas que são adotadas nas contas consolidadas, tal como apresentado na nota 8.2.7 dos Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras.

Damos destaque à rubrica de *Interesses Não Controlados* – representativa, grosso modo, da parte do resultado de 2015 e dos ativos líquidos do Tecmaia (após tratamento de harmonização contabilística com vista à consolidação) atribuível a interesses de capital próprio de 49% que não são detidos pelo Município da Maia.



2021



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS



### Quadro 11

<b>DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS</b>			
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Variação</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	4.840.512	4.815.946	0,51%
Fornecimento e Serviços Externos	26.745.159	24.898.692	7,42%
Custos com Pessoal	25.549.680	25.934.660	-1,48%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.192.037	2.896.358	10,21%
Amortizações do Exercício	20.444.515	20.718.070	-1,32%
Provisões do Exercício	1.888.433	1.061.322	77,93%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.088.172	1.925.959	-43,50%
<b>(A)</b>	<b>83.748.509</b>	<b>82.251.007</b>	<b>1,82%</b>
Custos e Perdas Financeiras	2.865.666	1.015.255	182,26%
<b>(C)</b>	<b>86.614.176</b>	<b>83.266.262</b>	<b>4,02%</b>
Custos e Perdas Extraordinárias	2.861.428	5.463.394	-47,63%
<b>(E)</b>	<b>89.475.604</b>	<b>88.729.657</b>	<b>0,84%</b>
Imposto Estimado	576.331	65.183	784,17%
<b>(G)</b>	<b>90.051.935</b>	<b>88.794.840</b>	<b>1,42%</b>
Interesses não controlados	63.198	-487.920	112,95%
<b>Resultado líquido do exercício atribuível ao Município</b>	<b>6.288.216</b>	<b>-2.254.366</b>	<b>378,94%</b>
	<b>96.340.151</b>	<b>86.540.474</b>	<b>11,32%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e Prestação de Serviços	31.005.391	30.546.206	1,50%
Impostos e Taxas	38.584.704	33.427.355	15,43%
Trabalhos para a Própria Entidade	100	0	-
Proveitos Suplementares	153.643	135.525	13,37%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.951.022	14.232.886	5,05%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.756	5.858	-52,95%
<b>(B)</b>	<b>84.697.615</b>	<b>78.347.830</b>	<b>8,10%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	435.466	329.701	32,08%
<b>(D)</b>	<b>85.133.081</b>	<b>78.677.531</b>	<b>8,21%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	11.270.267	7.375.024	52,82%
<b>(F)</b>	<b>96.403.349</b>	<b>86.052.555</b>	<b>12,03%</b>
<b>RESUMO</b>			
<b>Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões</b>	<b>23.282.054</b>	<b>17.876.215</b>	<b>30,24%</b>
<b>Resultados Operacionais após das amortizações e provisões: (B-A)</b>	<b>949.106</b>	<b>-3.903.177</b>	<b>124,32%</b>
<b>Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)</b>	<b>-2.430.200</b>	<b>-685.554</b>	<b>-254,49%</b>
<b>Resultados Correntes: (D-C)</b>	<b>-1.481.094</b>	<b>-4.588.731</b>	<b>67,72%</b>
<b>Resultados antes de imposto: (F-E)</b>	<b>6.927.745</b>	<b>-2.677.102</b>	<b>358,78%</b>
<b>Resultados Líquido do Exercício: (F-G)</b>	<b>6.351.414</b>	<b>-2.742.286</b>	<b>331,61%</b>
<b>Resultado Líquido do período atribuível:</b>			
Município da Maia	6.288.216	-2.254.366	378,94%
Interesses não controlados	63.198	-487.920	112,95%

Un.:Euros

Conforme se pode verificar pela Demonstração Consolidada de Resultados, o Grupo Municipal apresenta resultados operacionais antes de amortizações e provisões positivos, no valor de 23.282.054 €, apresentado uma variação positiva de (+) 30,24% face ao período homólogo.

O resultado líquido do exercício apresenta-se positivo, assinalando-se assim uma inversão de sinal face a 2014 num registo de melhoria de performance do grupo, como um todo, que não pode deixar de ser assinalado.

Não obstante a deterioração dos Resultados Financeiros entre os períodos em comparação, a performance ao nível dos Resultados Operacionais e Extraordinários do Grupo é suficiente para mais do que compensar as perdas a este nível.

Nos custos e perdas operacionais, assinala-se o ganho de importância dos Fornecimentos e Serviços Externos que agora se equiparam às Despesas com Pessoal – enquanto os primeiros aumentam (+) 1.846.467 €, as segundas diminuem (-) 384.979 €, terminando 2015 com uma ponderação nos custos operacionais totais respetivamente de 32% e 31%. A diminuição observada ao nível do Pessoal segue em linha com o que já havia sido observado nas contas individuais do Município (em que a anulação de parte dos mecanismos de redução remuneratória previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2014, entretanto declarados inconstitucionais, não foi suficiente para contrariar o esforço de redução que vinha a ser encetado); da mesma forma, também o comportamento dos Fornecimentos e Serviços Externos ao nível das contas individuais do Município (aumento) acaba por ditar a tendência – a entidade consolidante é responsável por cerca de metade do aumento observado no grupo.

Logo de seguida e contribuindo para um reforço da tendência do exercício ditada pelos Fornecimentos e Serviços Externos, é observável o aumento das Provisões, no montante de (+) 827.111 €, que provém maioritariamente da entidade consolidante (e dos processos judiciais em curso).

Também alinhados com a tendência de aumento verificada nos Custos e Perdas Operacionais, surgem as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, cujo acréscimo no valor de (+) 295.679 € é originado, sobretudo, pelo aumento dos subsídios atribuídos pelo Município a entidades sem fins lucrativos.

Contrariando a evolução da maioria das rubricas de custos de natureza operacional, surgem os Outros Custos e Perdas Operacionais, que diminuem entre os dois exercícios (-) 837.787 €, e as Amortizações do Exercício, que diminuem também, em (-) 273.555 €. Não obstante estas rubricas diminuírem em valor entre um exercício e o seguinte, esta diminuição não foi suficiente para mais do que compensar o aumento dos itens restantes.

No âmbito dos Proveitos e Ganhos Operacionais, verificam-se apreciáveis aumentos na globalidade, no montante de (+) 6.349.785 € e em resultado do aumento de quase todas as rubricas que o compõem. A rubrica com maior contributo para a formação do resultado continua a ser a de Impostos e Taxas, que se assume como a maior fonte de receita municipal – com um peso de 45,56% dos ganhos totais operacionais do grupo e que aumenta (+) 5.157.349 €, fruto da variação da receita arrecadada pelo Município referente a impostos.

Também as Transferências e Subsídios Obtidos conhecem um aumento importante em valor absoluto, (+) 718.136 €, de (+) 5,05 % em relação ao ano transato, explicada em grande parte pela performance da entidade consolidante.

Comportamento idêntico têm também as Vendas e Prestações de Serviços (36,61% do proveitos operacionais totais), que se cifram no fim de 2015 em 31.005.391 €, aumentando (+) 459.185 € face a 2014.

A melhoria de performance ao nível operacional, (+) 4.852.283 €, é contudo parcialmente absorvida pela deterioração dos resultados financeiros, (-) 1.744.647 €, donde resulta que o resultado corrente ainda assim aumenta (+) 3.107.637 €, encerrando-se em 2015 com um valor que ascende a (-) 1.485.094 €.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros conhecem um aumento de (+) 32,08% face ao observado em 2014. No que respeita aos Custos e Perdas Financeiras, estes refletem também um aumento de (+) 1.850.411 €, correspondente a um aumento observado comparativamente com o ano anterior de 182,26%, para que contribui sobretudo a Tecmaia.

Os Custos e Perdas Extraordinárias sofrem alterações apreciáveis entre os dois exercícios em apreço, diminuindo-se significativamente os gastos – (-) 2.601.967 € - e aumentando também de modo expressivo os proveitos da mesma natureza – (+) 3.895.244 €. Ficam a dever-se, estes ganhos, em grande medida, ao contributo da entidade consolidante, e às mais-valias realizadas pela Tecmaia na entrega de terrenos para dação em pagamento de dívida bancária.

No período em análise, o Resultado Extraordinário tem um comportamento fundamental na determinação do resultado líquido do exercício – aumentando (+) 6.497.210 face ao observado em 2014.

A explicitação particularizada dos Resultados Financeiros e Extraordinários consta em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.



# 2025



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA



## Quadro 12

### INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES			2015		2014		Varição (2015/2014)	OBSERVAÇÕES	
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solabilidade I	Fundo Patrimonial	328 032 479	184,28%	316 445 724	164,65%	11,92%	Os indicadores de solabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	178 010 608		192 193 269			
		Solabilidade II	Activo Líquido	506 043 086	284,28%	508 638 993	264,65%	7,42%	
3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	328 032 479	64,82%	316 445 724	62,21%	4,19%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.	
		Activo Líquido	506 043 086		508 638 993				
4	EQUILIBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	31 605 722	124,52%	23 169 790	73,56%	69,28%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	25 381 742		31 498 768			
5	Liquidez Imediata	Disponibilidades	24 720 748	97,40%	15 246 234	48,40%	101,22%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%	
		Passivo Circulante	25 381 742		31 498 768				
6	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	391 702 041	83,43%	382 282 331	79,33%	5,17%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	469 518 524		481 907 724			
7	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	469 518 524	92,78%	481 907 724	94,74%	-2,07%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.	
		Activo Líquido	506 043 086		508 638 993				

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2015		2014		Varição (2015/2014)	OBSERVAÇÕES		
8	Endividamento	Passivo	178 010 608	35,18%	192 193 269	37,79%	-6,90%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.	
		Activo Líquido	506 043 086		508 638 993				
	9	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	63 669 563	12,58%	65 836 606	12,94%	-2,80%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	506 043 086		508 638 993			
	10	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	42 984 213	8,49%	46 530 972	9,15%	-7,15%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	506 043 086		508 638 993			
	11	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	25 381 742	5,02%	31 498 768	6,19%	-19,01%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
Activo Líquido			506 043 086		508 638 993				
12	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	135.231	0,03%	379 080	0,07%	-64,14%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.	
		Activo Líquido	506 043 086		508 638 993				
13	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	63 669 563	35,77%	65 836 606	34,26%	4,41%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.	
		Passivo	178 010 608		192 193 269				
14	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	25 381 742	14,26%	31 498 768	16,39%	-13,00%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.	
		Passivo	178 010 608		192 193 269				
15	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	25 549 680	28,55%	25 934 660	29,23%	-2,31%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.	
		Total de Custos	89 475 604		88 729 657				
16	Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	3 192 037	3,57%	2 896 358	3,26%	9,29%	Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura	
		Total de Custos	89 475 604		88 729 657				
17	Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	26 745 159	29,89%	24 898 692	28,06%	6,52%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.	
		Total de Custos	89 475 604		88 729 657				
18	Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	2 865 666	3,20%	1 015 255	1,14%	179,91%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.	
		Total de Custos	89 475 604		88 729 657				

2021

2021

2021

2021



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS





2021

2021

2021

2021



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS



## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

### 8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

#### a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Quadro 13

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO							
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores	
				Detenção da Totalidade do Capital		2015	
				Directa	Indirecta	N.º	Categorias
Município	505 387 131	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	994	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14º Piso 4474-006 Maia	Gestão e planeamento do estacionamento autónvel público municipal	100%	-	21	
MAIAMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Miheirós 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	130	
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 181 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	25	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	155	
Fundação do Conservatório de Música da Maia	509 158 218	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão de espaços municipais e atividades de natureza cultural e/ou pedagógica (destaque para o Conservatório de Música da Maia)	100%	-	40	Vide Anexo V
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	-	8	
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica e projectos de internet e intranet; trabalho aéreo, consultoria e formação; comércio de dados.	4,64%	-	31	
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504 558 161	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	Desenvolvimento regional, económico e social	0,06%	-	5	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	501 783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sites no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLF	501 783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sites no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR	502 318 988	Av. Eng.º Duarte Pacheco Torre 2 1070-102 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sites no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	

**b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

**Quadro 14**

ANO 2015

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (SOCIETÁRIAS)					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Praça 26 de Maio, 82 4810-539 Guimarães	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1,28%	Não integra o SEL
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazares, n.º 842 4149-002 Porto	Promover a apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,22%	Não detida a 100%
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	501991476	Rua Linhas de Torres, n.º 41 4350-214 Porto	Distribuição de gás natural; produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados; outras atividades congéneres	0,24%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-158 Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,0001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Hospital Lidador, S.A.	508 178 738	Sede Santa Casa Misericórdia Maia Avenida Visconde Barreiros s/n	Criação, exploração e administração de estabelecimentos e unidades privadas ou públicas de saúde	10,00%	Não detida a 100%
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL	510 708 153	Rua da Estação s/n 4470-184 Maia	Conservação e educação ambiental, promoção da investigação e preservação de recursos da fauna e flora	13,33%	Não detida a 100%

**Quadro 15**

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (NÃO SOCIETÁRIAS)					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Mamoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota Inicial de 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - 1º 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	Quota Inicial de 19.917	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	Quota Inicial de 19.378	Não integra o SEL
Maia Inova	505 460 718	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Desenvolvimento económico, social e cultural; inovação e energias - otimização de recursos e promoção de boas práticas	Quota Inicial de 5.000, a que acresce a quota inicial da Academia das Artes da Maia no valor de 5.000	Não detida a 100%
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão de um parque de ciência e tecnologia - promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico	Quota Inicial de 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promoção da integração profissional de jovens	Quota Inicial de 24.940	Não integra o SEL
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 1-5 1170 Lisboa	Promoção do desporto, em especial o de alta competição	Quota Inicial de 149.639	Não integra o SEL
AdePORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Promoção da utilização racional da energia - planeamento e gestão da procura de energia, gestão ambiental articulada, promoção de boas práticas	Quota Inicial de 15.125	Não integra o SEL
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503 990 698	Av. Inferior Ponte D. Luís, n.º 55 4050-074 Porto	Promoção e desenvolvimento de atividades de cariz social, cultural e desportivo favorecedoras da coesão do sistema urbano da euro-região norte de Portugal - Galiza	Quota Inicial de 15.000	Não integra o SEL
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R.	508 905 435	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Valorização turística da área territorial da NUT II- Norte, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos	Quota Inicial de 1.500	Não integra o SEL
CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento	510 619 533	Rua Guilherme Gomes Fernandes - Paços do Concelho Odivelas 2675-372 Odivelas	O objeto da Associação é a cooperação Intermunicipal para o Desenvolvimento	-	Não integra o SEL

### 8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, as Demonstrações Financeiras (DF's) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) **Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) **Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

A composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação alterou-se em 2015 apenas pela saída da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM, em Liquidação, decorrente da sua extinção formal em 13 de abril de 2015.

### 8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) **Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF's, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

- b) **Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Não aplicável.

- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

Não aplicável.

- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;**

Não se registaram quaisquer ajustamentos excecionais para fins exclusivamente fiscais.

- h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;**

Não aplicável.

## 8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 16

Descrição	DIVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL										Grupo Público Consolidado			
	Município da Maia	SMAS Maia	EMEM	Maiambiente	Espaço Municipal	Fundação Conservatório de Música da Maia	TECMAIA (*)	FEIF Maia Golfe	FEIF Maia Imo	FIIF Praça Maior	TOTAL	2015	2014	Variação
Fornecedores c/c mfp	0	18.764.720	0	0	0	0	0	0	0	0	18.764.720	18.764.720	19.209.904	-2,32%
Empréstimos Obtidos	33.928.222	0	0	0	9.311	0	382.095	8.345.160	6.252.729	2.626.000	51.543.518	51.543.518	62.651.078	-17,73%
Fornecedor de imobilizado	2.827.447	266.143	0	0	0	0	0	0	0	0	3.093.589	3.093.589	752.380	311,17%
<b>Total</b>	<b>36.755.669</b>	<b>19.030.862</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.311</b>	<b>0</b>	<b>382.095</b>	<b>8.345.160</b>	<b>6.252.729</b>	<b>2.626.000</b>	<b>73.401.827</b>	<b>73.401.827</b>	<b>82.613.363</b>	<b>-11,15%</b>

Un/Euros

\* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste Passivo, por força do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

0

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por natureza.

Quadro 17

Código/designação das contas	Exigibilidade dos Passivos									TOTAL 2015
	Menos de 1 ano			[ 1 a 4 anos ]			Mais de 4 anos			
	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %	
<b>Município</b>										
Empréstimos de Médio e Longo Prazo										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	1.335.379	1.335.379	0,00%	2.670.759	4.006.138	-33,33%	0	0	-	4.006.138
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	966.765	966.765	0,00%	1.933.530	2.900.295	-33,33%	0	0	-	2.900.295
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	1.003.643	1.003.643	0,00%	2.509.107	3.512.749	-28,57%	0	0	-	3.512.749
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecmaia	1.022.222	0	-	4.088.889	4.088.889	0,00%	4.088.889	5.111.111	-20,00%	9.200.000
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	318.561	311.344	2,32%	1.354.409	1.321.491	2,49%	3.005.054	3.356.533	-10,47%	4.678.024
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	899.786	894.783	0,56%	3.598.206	3.597.683	0,01%	5.133.024	6.033.863	-14,93%	9.631.016
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	211.465	211.465	0,00%	52.866	264.332	-80,00%	0	0	-	264.332
Credores das Administrações Públicas-Fundo de Apoio Municipal (FAM)	427.186	0	-	1.708.744	0	-	427.185	0	-	2.563.115
	<b>6.185.008</b>	<b>4.723.379</b>	<b>30,94%</b>	<b>17.916.509</b>	<b>19.691.576</b>	<b>-9,01%</b>	<b>12.654.152</b>	<b>14.501.508</b>	<b>-12,74%</b>	<b>36.755.669</b>
<b>Espaço Municipal</b>										
Locações Financ. - Totta Crédito		28.039	-100,00%		34.942	-100,00%	0	0	-	0
Locações Financ. - Caixa Leasing		0	-		0	-	0	0	-	0
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing - Contrato 10-NX-91	2.427	2.400	1,11%	2.229	4.682	-52,39%	0	0	-	4.656
Locações Financ. - Crédito Agrícola Leasing - Contrato 10-NX-90	2.427	2.400	1,11%	2.229	4.682	-52,39%	0	0	-	4.656
	<b>4.853</b>	<b>32.839</b>	<b>-85,22%</b>	<b>4.458</b>	<b>44.306</b>	<b>-89,94%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>9.311</b>
<b>SMAS</b>										
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	534.308	445.184	20,02%	2.383.848	2.282.011	4,46%	15.846.564	16.482.709	-3,86%	18.764.720
Fornecedores Imobilizado c/ caução	0	0	-	266.143	276.583	-3,77%	0	0	-	266.143
	<b>534.308</b>	<b>445.184</b>	<b>20,02%</b>	<b>2.649.990</b>	<b>2.558.594</b>	<b>3,57%</b>	<b>15.846.564</b>	<b>16.482.709</b>	<b>-3,86%</b>	<b>19.030.862</b>
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (*)</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Comercial Português	370.000	4.658.333	-92,06%	0	2.866.667	-100,00%	0	569.000	-100,00%	370.000
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Novo Banco	0	2.346.652	-100,00%	0	1.444.093	-100,00%	0	541.535	-100,00%	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Novo Banco	0	2.040.567	-100,00%	0	1.255.733	-100,00%	0	470.900	-100,00%	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Monte de Piedad & Caja General de Ahorros de Badajoz	12.095	34.302	-64,74%	0	12.095	-100,00%	0	0	-	12.095
	<b>382.095</b>	<b>9.079.853</b>	<b>-95,79%</b>	<b>0</b>	<b>5.578.588</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0</b>	<b>1.581.435</b>	<b>-100,00%</b>	<b>382.095</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	0	0	-	8.345.160	8.345.160	0,00%	0	0	-	8.345.160
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>8.345.160</b>	<b>8.345.160</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>8.345.160</b>
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	0	0	-	6.252.729	6.252.729	0,00%	0	0	-	6.252.729
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>6.252.729</b>	<b>6.252.729</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>6.252.729</b>
<b>Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior</b>										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Português de Gestão	2.626.000	2.495.500	5,23%	0	0	-	0	0	-	2.626.000
	<b>2.626.000</b>	<b>2.495.500</b>	<b>5,23%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>2.626.000</b>
<b>Total .....</b>	<b>9.732.265</b>	<b>16.776.756</b>	<b>-41,99%</b>	<b>35.168.847</b>	<b>42.470.954</b>	<b>-17,19%</b>	<b>28.500.716</b>	<b>32.565.652</b>	<b>-12,48%</b>	<b>73.401.827</b>

Un/Euros

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos

\* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste passivo, por força da aplicação do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.

## 8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações ( art.º 75.º, n.º 7, alínea d) do RFALEI), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

**Quadro 18**

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO										
ANO 2015										
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Direitos/Recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	243.891	6.708.008	0	6.694.007	257.892	243.891	6.708.008	0	6.694.007	257.892
Transferências - TRSU facturadas aos municipes, por Pagar	1.391.716	6.759.682	0	6.706.268	1.445.130	1.391.716	6.759.682	0	6.706.268	1.445.130
Transferências	2.974	95.072	0	94.472	3.573	2.974	95.072	0	94.472	3.573
Subsídios	224.122	1.577.883	224.122	1.577.883	0	224.122	1.577.883	224.122	1.577.883	0
Empréstimos	29.137	0	29.137	0	0	29.137	0	29.137	0	0
Relações comerciais	1.083.215	1.214.133	25.510	1.219.108	1.052.730	1.083.215	1.214.133	25.510	1.219.108	1.052.730
Participações do capital em numerário	3.173.549	0	49.880	0	3.123.669	3.173.549	0	49.880	0	3.123.669
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0	0	0	14.133.152
Outros a)	6.273	9.509.238	0	9.480.248	35.263	6.273	9.509.238	0	9.480.248	35.263
<b>Total</b>	<b>20.288.030</b>	<b>25.864.016</b>	<b>328.648</b>	<b>25.771.988</b>	<b>20.051.410</b>	<b>20.288.030</b>	<b>25.864.016</b>	<b>328.648</b>	<b>25.771.988</b>	<b>20.051.410</b>

Un.Euros

**Quadro 19**

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO								
ANO 2015								
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final			Variação
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	2015	2014		
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	243.891	6.708.008	0	6.694.007	257.892	246.865	4,47%	
Transferências - TRSU facturadas aos municipes, por Pagar	1.391.716	6.759.682	0	6.706.268	1.445.130	1.391.716	3,84%	
Transferências	2.974	95.072	0	94.472	3.573	0	-	
Subsídios	224.122	1.577.883	224.122	1.577.883	0	224.122	-100,00%	
Empréstimos	29.137	0	29.137	0	0	29.137	-	
Relações comerciais	1.083.215	1.214.133	25.510	1.219.108	1.052.730	1.083.215	-2,81%	
Participações do capital em numerário	3.173.549	0	49.880	0	3.123.669	349.159	794,63%	
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%	
Outros a)	6.273	9.509.238	0	9.480.248	35.263	6.273	462,14%	
<b>Total</b>	<b>20.288.030</b>	<b>25.864.016</b>	<b>328.648</b>	<b>25.771.988</b>	<b>20.051.410</b>	<b>17.463.640</b>	<b>14,82%</b>	

Un.Euros

## Quadro 20

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2015							
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Direitos/Recebimentos			Saldo final		Variação
		Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	2015	2014	
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	243.891	6.708.008	0	6.694.007	257.892	246.865	4,47%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.391.716	6.759.682	0	6.706.268	1.445.130	1.391.716	3,84%
Transferências	2.974	95.072	0	94.472	3.573	0	-
Subsídios	224.122	1.577.883	224.122	1.577.883	0	224.122	-100,00%
Empréstimos	29.137	0	29.137	0	0	29.137	-
Relações comerciais	1.083.215	1.214.133	25.510	1.219.108	1.052.730	1.083.215	-2,81%
Participações do capital em numerário	3.173.549	0	49.880	0	3.123.669	349.159	794,63%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%
Outros a)	6.273	9.509.238	0	9.480.248	35.263	6.273	462,14%
<b>Total</b>	<b>20.288.030</b>	<b>25.864.016</b>	<b>328.648</b>	<b>25.771.988</b>	<b>20.051.410</b>	<b>17.463.640</b>	<b>14,82%</b>

Un-Euros

### 8.2.6. Informações relativas a compromissos:

- a) **Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;**

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com o processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal.

Relativamente a esse processo a Administração Tributária reclama, em sede de IVA, de juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 4.200.000 €.

**b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;**

**Quadro 21**

<b>GARANTIAS PRESTADAS</b>			
Descrição das garantias prestadas	Valor		Norma legal habilitante
	2015	2014	
<b>Município</b>			
Duas garantias, no valor unitário de 8.490.617 € indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal.	16.981.234	16.981.234 (*)	
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	a)	159.641	
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do IEP - Instituto de Estradas de Portugal	2.500	2.500	
<b>EMEM - Empresa de Estacionamento</b>	n.a	n.a	
<b>Maiambiente</b>			
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	10.000	10.000	Dec.- Lei nº. 147/2008 de 29 de Julho
<b>Espaço Municipal</b>			
Frações habitacionais prestadas como garantias a favor da Direção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
<b>Smas - Serviços Municipalizados</b>	n.a	n.a	
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>	n.a	n.a	
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>			
Garantia prestada a favor da Instituição Novo Banco, SA			
Outras Garantias	a)	13.988.878	
Colateral real hipotecário - Imóveis	a)	22.088.358	
Garantia prestada a favor da Instituição Banco Comercial Português, SA			
Colateral real hipotecário - Imóveis	a)	11.254.699	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>	n.a.	n.a.	
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>	n.a.	n.a.	
<b>Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior</b>			
Garantia emitida à Autoridade Tributária I.Selo Verba 28	123.491	123.491	Código do Imposto de Selo

Un:Euros

a) Processo extinto

(\*) Pese embora a sua não referência em anteriores relatos, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, razão por que se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico em análise, apesar de, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

**8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:**

**a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:**

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

Os investimentos financeiros em que o Município da Maia tem influência significativa bem como aqueles em que a lei impõe que se integre no perímetro de consolidação, independentemente da percentagem de participação (entidades conjuntamente controladas por diversas pessoas coletivas de direito público), encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial. As restantes entidades estão contabilizadas ao custo de aquisição. Os ativos e os passivos dos Fundos de Investimento Imobiliários foram reconhecidos tal como se tivessem sido adquiridos pelo Município de acordo com as regras do POCAL. Este tratamento, compatível com o preconizado pelas normas e práticas internacionais para as “*Special Purpose Entities*” assegura o reconhecimento do património dos fundos no Município de acordo com o POCAL.

- **Locações:**

Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

- **Existências:**

As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas é adotado o custo médio ponderado.

- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

- **Empréstimos:**

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.

- **Vendas e Prestações de Serviços:**

O rédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

- **Subsídios do Governo:**

O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.

- **Impostos sobre o Rendimento:**

Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.

- **Aplicações de Tesouraria:**

Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.

- **Provisões e Passivos Contingentes:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

**b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.**

Não aplicável.

### **8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:**

**a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;**

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho, e o da rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

**b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;**

**Quadro 22**

**ACTIVO BRUTO**

ANO 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e trf.	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMINIO PUBLICO:</b>									
Terrenos e recursos naturais	20.200.029	334.732	0	0	491.340	0	-49.587	0	21.075.688
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	183.720.589	0	13.184	0	4.398.795	0	0	0	188.132.568
Bens do património hist. rico, art. stico e cultural	1.348.524	0	0	0	0	0	0	0	1.348.524
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	2.127.007	-7.209	4.679.123	0	-4.923.886	0	0	0	1.875.034
Adiantamentos por conta de bens de domínio p	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>207.396.148</b>	<b>327.523</b>	<b>4.692.307</b>	<b>0</b>	<b>-33.751</b>	<b>0</b>	<b>-49.587</b>	<b>0</b>	<b>212.431.814</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>									
Despesas de instalação	1.590.694	0	0	0	0	0	0	0	1.590.694
Despesas de investigação e desenvolvimento	275.245	0	0	0	0	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.983.103	0	51.879	0	0	0	61.216	0	1.973.766
Imobilizações em curso	170.936	0	0	0	0	0	0	0	170.936
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>4.019.978</b>	<b>0</b>	<b>51.879</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>61.216</b>	<b>0</b>	<b>4.010.641</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>									
Terrenos e recursos naturais	67.705.508	138.933	3.299.296	4.330.759	-439.954	0	-113.620	1.324.035	65.162.609
Edifícios e outras construções	425.878.832	614.996	6.593.928	18.193.622	6.967.063	0	0	534.567	421.326.630
Equipamento básico	16.872.001	45.650	975.576	1.090.414	120.479	90.246	54.347	0	16.778.700
Equipamento de transporte	5.109.234	0	480.040	238.773	0	0	32.217	0	5.318.285
Ferramentas e utensílios	1.027.947	0	36.006	0	0	43.352	0	0	1.020.601
Equipamento administrativo	3.497.792	0	43.763	0	0	3.318	29.623	0	3.508.614
Equipamento Informático e Software	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	14.331.837	2.193	242.853	0	176.547	56.666	-19.983	0	14.716.748
Imobilizações em curso	5.206.970	-7.670	5.951.469	0	-6.790.384	43.792	0	0	4.316.594
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	750.000	0	0	0	0	0	0	0	750.000
	<b>540.380.122</b>	<b>794.103</b>	<b>17.622.932</b>	<b>23.853.567</b>	<b>33.751</b>	<b>237.374</b>	<b>-17.416</b>	<b>1.858.602</b>	<b>532.898.781</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>									
Partes de capital	2.417.569	734.678	5.000	0	0	0	5.000	733.078	2.419.168
Obrigações e títulos de participação	18.540	0	2.990.301	0	0	0	0	0	3.008.841
Investimentos em imóveis:	11.556.638	0	795.738	0	0	0	0	0	12.352.376
Terrenos e recursos naturais	2.944.825	0	141.500	0	0	0	0	0	3.086.325
Edifícios e outras construções	8.611.812	0	654.238	0	0	0	0	0	9.266.051
Outras aplicações financeiras:	3.500	-110.093	461	0	0	0	0	-110.093	3.961
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	3.500	-110.093	461	0	0	0	0	-110.093	3.961
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>13.996.246</b>	<b>624.585</b>	<b>3.791.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.000</b>	<b>622.985</b>	<b>17.784.346</b>
<b>Total .....</b>	<b>765.792.494</b>	<b>1.746.211</b>	<b>26.158.617</b>	<b>23.853.567</b>	<b>0</b>	<b>237.374</b>	<b>-788</b>	<b>2.481.588</b>	<b>767.125.581</b>

Un:Euro

### Quadro 23

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS

Ano 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	108.839.617	8.992.452	0	0	117.832.068
Bens do património histórico, artístico e cu	149.499	12.941	0	0	162.440
Outros bens de domínio público				0	0
	<b>108.989.115</b>	<b>9.005.393</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>117.994.508</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>					
Despesas de instalação	1.550.007	33.057	0	0	1.583.064
Despesas de investigação e desenvolvim	282.498	7.253	0	0	289.750
Propriedade industrial e outros direitos	1.770.659	95.292	-61.216	0	1.804.735
	<b>3.603.163</b>	<b>135.602</b>	<b>-61.216</b>	<b>0</b>	<b>3.677.549</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	134.075.411	9.753.058	-5.213.097	0	138.615.372
Equipamento básico	14.641.761	742.842	-1.174.727	0	14.209.876
Equipamento de transporte	4.666.378	146.573	-270.989	0	4.541.962
Ferramentas e utensílios	983.229	35.478	-42.382	0	976.325
Equipamento administrativo	3.198.875	106.219	-55.944	0	3.249.150
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	11.452.424	411.323	-58.928	0	11.804.819
	<b>169.018.078</b>	<b>11.195.494</b>	<b>-6.816.068</b>	<b>0</b>	<b>173.397.504</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>					
Partes de capital	0	16.834	0	0	16.834
Obrigações e títulos de participação	494	0	0	0	494
Investimentos em imóveis:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	2.273.919	246.249	0	0	2.520.168
Outras aplicações financeiras:					
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	0	0	0	0	0
	<b>2.274.414</b>	<b>263.082</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.537.496</b>
<b>Total .....</b>	<b>283.884.771</b>	<b>20.599.570</b>	<b>-6.877.284</b>	<b>0</b>	<b>297.607.057</b>

Un:Euro

---

**c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

**d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

**e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

**f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

**g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

**h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

**i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Quadro 24

ACTIVIDADE	2015				2014				Variação	
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços
Cultura			0	0,00%			0	0,00%	-	-
Arrendamento		6.300.889	6.300.889	20,32%		6.571.173	6.571.173	21,51%	-	-4,11%
Resíduos Sólidos	1.920	6.498.687	6.500.607	20,97%	2.919	6.728.061	6.730.980	22,04%	-34,22%	-3,41%
Alugar Parques e Estacionamento		377.185	377.185	1,22%		511.809	511.809	1,68%	-	-26,30%
Consumo de Água e Saneamento	6.865.295	7.098.581	13.963.876	45,04%	6.487.130	6.810.336	13.297.466	43,53%	5,83%	4,23%
Propinas		77.390	77.390	0,25%		150.000	150.000		-	-48,41%
Serviços Públicos										
Desporto, Cultura e Lazer		1.390.059	1.390.059	4,48%		1.483.277	1.483.277	4,86%	-	-6,28%
Educação		838.961	838.961	2,71%		936.063	936.063	3,06%	-	-10,37%
Ação Social		535.726	535.726	1,73%		594.158	594.158	1,95%	-	-9,83%
Outros serviços	5.079	1.015.619	1.020.697	3,29%	26.989	244.291	271.280	0,89%	-81,18%	315,74%
<b>Total</b>	<b>6.872.294</b>	<b>24.133.097</b>	<b>31.005.391</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.517.037</b>	<b>24.029.168</b>	<b>30.546.206</b>	<b>99,51%</b>	<b>5,45%</b>	<b>0,43%</b>

Un: Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Quadro 25

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS							Ano 2015	
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal	Valor Anual Bruto Atribuído		Variação %		
				2015	2014			
<b>Município</b>								
<b>Órgão Executivo</b>								
António Gonçalves Bragança Fernandes a)	Presidente	Vencimento	0	14.295	27.459	-13.164	-47,94%	
António Domingos Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.696	45.094	45.013	81	0,18%	
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.696	44.992	45.018	-26	-0,06%	
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.696	45.214	45.022	192	0,43%	
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.696	45.026	45.299	-273	-0,60%	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	1.500	22.378	21.513	865	4,02%	
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	-	2.696	45.062	45.018	44	0,10%	
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga	Vereador	b)	0	2.618	3.222	-604	-18,74%	
Jorge Luís Ferreira Catarino	Vereador	b)	0	2.650	3.821	-1.171	-30,66%	
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereador	b)	0	3.228	3.588	-360	-10,03%	
Ana Virgínia da Costa Pereira	Vereador	b)	0	2.740	3.794	-1.054	-27,77%	
<b>Órgão de Fiscalização</b>								
Esteves & Pinho, SROC, Ld.ª	ROC	Honorários		21.254	24.797	-3.542	-14,29%	
<b>EMEM - Empresa de Estacionamento</b>								
<b>Conselho de Administração</b>								
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-		0	0	0	-	
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-		0	0	0	-	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-		0	0	0	-	
<b>Órgão de Fiscalização</b>								
Palm & Cambão, SROC, Lda.	Fiscal Único / ROC	Honorários		3.681	3.681	0	0,00%	
<b>Maiambiente</b>								
<b>Conselho de Administração</b>								
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-		0	0	0	-	
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-		0	0	0	-	
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-		0	0	0	-	
<b>Órgão de Fiscalização</b>								
J. Guimarães, M. Malheiro e Mário Guimarães, SROC	Fiscal Único / ROC	Honorários		3.600	3.600	0	0,00%	

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS							
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal	Valor Anual Bruto	Valor Anual Bruto	Variação	
				Atribuído 2015	Atribuído 2014		%
<b>Espaço Municipal</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-		0	0	0	-
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-		0	0	0	-
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Vencimento	2.657	37.306	38.066	-760	-2,00%
<b>Órgão de Fiscalização</b>							
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários		6.000	6.000	0	0,00%
<b>SMAS - Serviços Municipalizados</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-		0	0	0	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro c)	Vogal	-		0	0	0	-
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-		0	0	0	-
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-		0	0	0	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-		0	0	0	-
Mário José Gomes Gouveia	Vogal	-		0	0	0	-
<b>Órgão de Fiscalização</b>							
Palm & Cambão, SROC, Lda.	ROC	Honorários		1.500	1.500	0	0,00%
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-		0	0	0	-
António Domingos da Silva Tiago	Vogal	-		0	0	0	-
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Vogal	-		0	0	0	-
<b>Órgão de Fiscalização</b>							
Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira	ROC	Honorários		10.800	9.900	900	9,09%
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investir Sociedade Gestora		-		56.351	55.546	805	1,45%
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLFE</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investir Sociedade Gestora		-		38.091	38.151	-60	-0,16%
<b>Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
GEF - Gestão de Fundos Imobiliários, S.A.	Sociedade Gestora	-		8.750	30.000	-21.250	-70,83%
<b>Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação EM., S.A.</b>							
<b>Conselho de Administração</b>							
Fernando do Nascimento Trigo	Presidente	Vencimento	2.900	40.602	40.602	0	0,00%
José Alberto de Castro Cardoso	Administrador	Senhas de Presença		0	511	-511	-100,00%
João Pedro Brito da Silva	Administrador	Senhas de Presença		0	990	-990	-100,00%
<b>Órgão de Fiscalização</b>							
Joaquim Santos Silva	ROC	Honorários		8.856	7.970	886	11,11%
<b>PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, SA Em Liquidação</b>							
<b>Comissão de Liquidação</b>							
Nuno Camilo da Mota Oliveira	Administrador	-		0	0	0	-
Lino Joaquim Ferreira	Administrador	-		0	0	0	-
Pedro Jorge Miranda Fontinha	Administrador	-		0	0	0	-
<b>Órgão de Fiscalização</b>							
Nuno Miguel Borges Alves Pereira	ROC	Honorários		3.824	13.284	-9.460	-71,22%

Un.: Euros

a) Situação de Aposentação a partir de maio/2014

b) Senhas Presença, Subsídio de Transportes e Ajudas de Custo

c) Passou a ser remunerado pelo Município no exercício de 2013

A remuneração base mensal atribuída aos eleitos locais é igual para todos dentro de cada um dos regimes de funções, vereador a meio tempo ou a tempo inteiro, decorrendo as divergências eventualmente verificadas ao nível do valor anual bruto atribuído de acertos de vencimentos, faltas, ou outros factos com influência direta no processamento de salários. O mesmo princípio se verifica quanto aos demais vereadores, designadamente em matéria de senhas de presenças, cujo valor unitário é legalmente fixado.

**l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;**

Não aplicável.

**m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;**

Não aplicável.

**n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

**o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;**

**Quadro 26**

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS</b>						
<b>Custos e Perdas</b>	<b>Exercícios</b>			<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>			<b>2015</b>	<b>2014</b>
681 Juros suportados	2.766.502	902.728	781	Juros obtidos	169.107	152.435
682 Perdas em entidades participadas	38	0	782	Ganhos em entidades participadas	1640	1711
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	11201	11417
684 Provisões p/ aplicações financ.	16.834	0	784	Rendimentos participações capital	167.584	55.324
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	19.824	17.911
688 Outros custos e perdas financ.	82.293	112.528	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
<b>Total de Custos Financeiros</b>	<b>2.865.666</b>	<b>1.015.255</b>	788	Outros proveitos e ganhos financ.	66.110	90.903
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2.430.200</b>	<b>-685.554</b>		<b>Total de Proveitos Financeiros</b>	<b>435.466</b>	<b>329.701</b>
<b>Total</b>	<b>435.466</b>	<b>329.701</b>				

Un: Euros

A posição dos resultados financeiros piora substancialmente, por comparação com o exercício anterior e contrariamente ao que sucede nas contas individuais do Município, o que ocorre por força do aumento dos proveitos e ganhos desta natureza (cerca de 105.765 €), ser insuficiente para mais do que compensar o aumento acentuado dos custos e perdas (1.850.411 €).

Para as Perdas Financeiras contribui grandemente a Tecmaia com montantes de juros suportados com empréstimos bancários de médio e longo prazo acima dos 2.100.000 €.

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Quadro 27

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2015	2014		2015	2014		
691 Transferências capital concedidas	1.687.720	1.530.077	791 Restituição de impostos		0		0
692 Dívidas incobráveis	12.620	132.234	792 Recuperação de dívidas		3.908		0
693 Perdas em existências	7.596	849	793 Ganhos em existências		312.13		2.426
694 Perdas em imobilizações	231.271	69.494	794 Ganhos em imobilizações		4.462.048		2.105.103
695 Multas e penalidades	13.292	5.706	795 Benefícios de penalidades contr		569.270		623.253
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	64.931	796 Reduções de amortize provisões		484.777		136.161
697 Correções relativas exerc. anteriores	399.847	3.198.561	797 Correções relativas exerc. anteriores		2.620.698		1.766.928
698 Outros custos e perdas extraor.	509.082	461.543	798 Outros proveitos e ganhos extraor.		3.079.670		2.722.876
			799 Indemnizações recebidas		18.685		18.278
<b>Total de Custos Extraordinários</b>	<b>2.861.428</b>	<b>5.463.394</b>	<b>Total de Proveitos Extraordinários</b>		<b>11.270.267</b>		<b>7.375.024</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>8.408.839</b>	<b>1.911.629</b>					
<b>Total</b>	<b>11.270.267</b>	<b>7.375.024</b>					

Un: Euros

Os Resultados Extraordinários gerados por conta do exercício de 2015 perfazem um saldo de (+) 8.408.839 €, assumindo uma variação positiva de (+) 6.497.210 €, determinada quer pela evolução dos proveitos e ganhos extraordinários, que aumentaram (+) 3.895.244 €, quer pela diminuição dos custos e perdas de igual natureza, (-) 2.601.967 €.

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Quadro 28

PROVISÕES					
	2015				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0				0
Provisões para cobranças duvidosas	9.402.287	3.975		389.338	9.795.601
Provisões para riscos e encargos	4.364.877	1.901.088		-1.229.257	5.036.708
Provisões para depreciação de existências	32.189				32.189
Provisões para investimentos financeiros	494	16.834			17.328
<b>Total de Provisões</b>	<b>13.799.848</b>	<b>1.921.896</b>	<b>0</b>	<b>-839.919</b>	<b>14.881.825</b>

Un: Euros

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos;

**Quadro 29**

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
Descrição	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Município	-	-	-	-
EMEM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-
Maiambiente	-	-	-	-
<b>Espaço Municipal</b>				
Escritórios Plaza	0	284.351	-284.351	-
Viatura Smart	4.250	6.375	-	-
Viatura Smart	4.250	6.375	-	-
<b>Smas - Serviços Municipalizados</b>	-	-	-	-
<b>Fundação Conservatório de Música da Maia</b>				
<b>TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.</b>				
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe</b>				
<b>Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo</b>				
<b>Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior</b>				

Un.: Euros

**s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

**8.2.9. Informações diversas**

**a) Outras informações exigidas por diplomas legais;**

Não aplicável.

**b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos por conta dos Fundos de Investimento Imobiliário – Maia Imo, Maia Golf e Praça Maior – importa salientar os seguintes factos:

O processo de dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior foi encetado no exercício económico de 2015, tendo tido o seu desfecho a 29 de janeiro de 2016 com a celebração da respetiva escritura de dissolução;

Quanto aos demais fundos de investimento imobiliário estão em curso negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compunham.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas no relato do exercício de 2014, designadamente no que reporta à valorização destes ativo no balanço das contas individuais do Município.

Com efeito, por força da entrada em vigor do RFAL, a partir de 2014 o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliários Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, tal como se todos os ativos e passivos dos fundos tivessem sido adquirido pelo Município e reconhecidos de acordo com as regras do POCAL. Em consequência, os Ativos dos Fundos foram, e continuam a estar, apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

Por tal razão, o grande impacto financeiro nas contas do Município, por via da mencionada alteração, ocorreu na gerência de 2014.



# 2021



**maia**

CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



## Certificação Legal das Contas Consolidadas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 506.043.086 euros e um total de fundos próprios de 328.032.479 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível ao Município da Maia de 6.288.216 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



#### Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

#### Ênfase

8 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido no ponto 8.2.6 das Notas ao Balanço Consolidado e à Demonstração Consolidada de Resultados, existirem Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efetiva concretização, foram apenas objeto de divulgação, procedimento com o qual concordamos.

#### Outras Matérias

9 A Certificação Legal das Contas da participada Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), emitida por outro auditor e com referência ao final de 2015, contém:

- i) uma reserva por limitação de âmbito consequência do não reconhecimento de eventuais perdas por imparidade em Contas a Receber, não passíveis de quantificação rigorosa à data, mas cujo efeito estimado poderá rondar os 275.000 euros; e
- ii) uma ênfase alertando para a existência de Passivos Contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios seguintes, relativamente aos quais, dada a sua incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação.

Apesar do Capital Próprio desta participada, nessa data, se apresentar negativo em 2.159.929 euros, o Município da Maia reconhece nas suas demonstrações financeiras os efeitos daí resultantes, procedimento com o qual concordamos.

Município da Maia

Maia, 21 de Abril de 2016

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.  
Representada por:



Luis Manuel Moura Esteves, ROC



2021



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS



## ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2015				
ACTIVO	EXERCÍCIOS			
	2015			2014
	AB	A/P	AL	AL
<b>Imobilizado:</b>				
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	21.075.687,82	0,00	21.075.687,82	20.200.028,79
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	188.132.568,04	117.832.068,33	70.300.499,71	74.880.972,10
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.348.523,83	162.439,84	1.186.083,99	1.199.025,17
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	1.875.034,04	0,00	1.875.034,04	2.127.006,57
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
	212.431.813,73	117.994.508,17	94.437.305,56	98.407.032,63
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	1.590.693,53	1.583.063,89	7.629,64	40.686,91
Despesas de investigação e de desenvolvimento	275.244,98	275.244,98	0,00	
Propriedade industrial e outros direitos	1.973.766,27	1.819.240,37	154.525,90	205.191,43
Imobilizações em curso	170.936,42	0,00	170.936,42	170.936,42
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	
	4.010.641,20	3.677.549,24	333.091,96	416.814,76
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	65.162.609,23	0,00	65.162.609,23	67.705.508,49
Edifícios e outras construções	421.326.630,09	138.615.372,16	282.711.257,93	291.803.421,02
Equipamento básico	16.778.700,08	14.209.875,97	2.568.824,11	2.230.239,93
Equipamento de transporte	5.318.285,12	4.541.961,93	776.323,19	442.856,45
Ferramentas e utensílios	1.020.600,74	976.324,87	44.275,87	44.717,57
Equipamento administrativo	3.508.614,46	3.249.149,51	259.464,95	298.917,53
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
Outras imobilizações corpóreas	14.716.747,56	11.804.819,38	2.911.928,18	2.879.412,85
Imobilizações em curso	4.316.593,56	0,00	4.316.593,56	5.206.970,33
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00	0,00	750.000,00	750.000,00
	532.898.780,84	173.397.503,82	359.501.277,02	371.362.044,17
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital	2.419.168,43	16.833,50	2.402.334,93	2.417.568,56
Obrigações e títulos de participação	3.008.840,74	494,47	3.008.346,27	18.045,30
Investimentos em imóveis	12.352.375,88	2.520.167,97	9.832.207,91	9.282.718,14
Outras aplicações financeiras	3.960,63	0,00	3.960,63	3.500,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	
	17.784.345,68	2.537.495,94	15.246.849,74	11.721.832,00
<b>Circulante</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	515.456,55	0,00	515.456,55	528.436,18
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	1.496,00	0,00	1.496,00	2.176,00
Mercadorias	110.179,75	32.188,83	77.990,92	86.498,29
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	627.132,30	32.188,83	594.943,47	617.110,47
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
Empréstimos concedidos	76.566,19	0,00	76.566,19	82.153,43
Clientes c/c	4.663.262,90	767.121,77	3.896.141,13	3.956.679,77
Contribuintes c/c	1.015.252,12	0,00	1.015.252,12	1.380.773,50
Utentes c/c	152.708,26	0,00	152.708,26	109.077,64
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	7.640.434,07	7.495.678,55	144.755,52	336.732,76
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	8.168,20	0,00	8.168,20	2.458,81
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	426.222,91	0,00	426.222,91	286.459,29
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	2.103.016,60	1.532.800,18	570.216,42	1.152.109,59
	16.085.631,25	9.795.600,50	6.290.030,75	7.306.444,79
<b>Títulos negociáveis</b>				
Acções	0,00		0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
Outros títulos	0,00		0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	255.000,00		255.000,00	255.000,00
	255.000,00		255.000,00	255.000,00
<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa</b>				
Depósitos em instituições financeiras	24.412.601,46		24.412.601,46	14.944.613,05
Caixa	53.146,79		53.146,79	46.621,39
	24.465.748,25		24.465.748,25	14.991.234,44
<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
Acréscimos de proveitos	4.666.025,33		4.666.025,33	3.251.037,12
Custos diferidos	130.098,49		130.098,49	180.743,79
Activos por impostos diferidos	122.715,62		122.715,62	129.699,20
	4.918.839,44		4.918.839,44	3.561.480,11
<b>Total de amortizações .....</b>		297.589.729,20		
<b>Total de provisões.....</b>		9.845.117,30		
<b>Total do activo .....</b>	813.477.932,69	307.434.846,50	506.043.086,19	508.638.993,37

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
<b>Fundos próprios</b>		
Património	323.573.226,61	322.684.493,58
Ajustamento de partes de capital em empresas	-12.905,69	-12.912,80
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas		
Reservas legais	4.381.930,65	4.442.619,34
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	1.460.000,67	1.629.084,12
Subsídios	2.722.441,97	1.411.481,20
Doações	5.129.576,76	4.947.824,80
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
Cedências	3.496.554,26	3.496.554,26
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
Outras variações no Capital próprio	0,00	-308.517,30
Resultados transitados	-23.136.067,82	-21.945.300,80
Resultado líquido do exercício consolidado atribuível ao Município da Maia	6.288.216,40	-2.254.366,07
Interesses não controlados	-1.152.302,92	-2.927.043,52
	<b>328.032.478,54</b>	<b>316.445.724,46</b>
<b>Passivo</b>		
Provisões para riscos e encargos	5.036.707,81	4.364.877,12
	<b>5.036.707,81</b>	<b>4.364.877,12</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)</b>		
Empréstimos obtidos de MLP	42.984.213,46	46.530.971,74
Fornecedores MLP	18.230.411,32	18.764.719,75
Fornecedores de Imobilizado MLP (*)	319.009,02	540.914,71
Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	2.135.928,97	0,00
	<b>63.669.562,77</b>	<b>65.836.606,20</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
Empréstimos de curto prazo	135.230,84	379.080,01
Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	8.559.304,81	16.120.106,74
Adiantamentos por conta de vendas	8.164,26	8.164,26
Fornecedores c/c	4.830.238,52	4.267.238,32
Fornecedores c/c de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	534.308,43	445.184,34
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	404.355,10	558.936,83
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Clientes e utentes c/ cauções	1.900.116,49	1.861.879,27
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77.516,81	39.669,70
Fornecedores de imobilizado c/c	1.209.858,57	1.155.349,34
Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	11.434,08	46.966,93
Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	211.465,28	211.465,28
Estado e outros entes públicos	1.084.831,80	554.092,11
Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	427.186,00	0,00
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	5.987.731,07	5.850.635,34
	<b>25.381.742,06</b>	<b>31.498.768,47</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
Acréscimos de custos	5.075.354,24	8.486.962,02
Proveitos diferidos	78.847.240,77	81.464.250,72
Passivos por impostos diferidos	0,00	541.804,38
	<b>83.922.595,01</b>	<b>90.493.017,12</b>
	<b>178.010.607,65</b>	<b>192.193.268,91</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>506.043.086,19</b>	<b>508.638.993,37</b>

(\*) agrega a rubrica de Outros Credores (gerências anteriores)

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2015			
Demonstração de Resultados	Exercícios		
	2015		2014
<b>Custos e Perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	4.840.512,35		4.815.945,91
Matérias		4.840.512,35	4.815.945,91
Fornecimentos e serviços externos		26.745.159,27	24.898.692,32
Custos com o pessoal:			
Remunerações	19.975.930,71		20.053.909,05
Encargos sociais:	5.573.749,56	25.549.680,27	5.880.750,64
Transferências correntes concedidas e prestações sociais		3.192.036,71	2.896.357,82
Amortizações e Ajustamentos do Exercício		20.444.515,17	20.718.069,94
Provisões		1.888.433,21	1.061.321,92
Outros custos e perdas operacionais		1.088.172,27	1.925.959,46
(A)		83.748.509,25	82.251.007,06
Custos e Perdas Financeiras		2.865.666,39	1.015.255,40
(C)		86.614.175,64	83.266.262,46
Custos e perdas extraordinárias		2.861.427,95	5.463.394,46
(E)		89.475.603,59	88.729.656,92
Imposto estimado para o período		576.331,06	65.183,45
(G)		90.051.934,65	88.794.840,37
Interesses não controlados		63.197,81	-487.919,51
Resultado líquido do exercício atribuível ao Município da Maia		6.288.216,40	-2.254.366,07
		96.340.151,05	86.540.474,30
<b>Proveitos e Ganhos</b>			
Vendas :			
Mercadorias	2.913,25		4.340,93
Venda de produtos	6.869.380,77		6.512.696,53
Prestações de Serviços	24.133.096,69	31.005.390,71	24.029.168,19
Impostos, taxas, Outros		38.584.703,51	33.427.354,99
Variação da produção			
Trabalhos para a própria empresa		100,00	
Proveitos suplementares		153.642,89	135.525,17
Transferências e subsídios correntes obtidos:		14.951.021,65	14.232.885,69
Outros proveitos e ganhos operacionais		2.756,35	5.858,23
(B)		84.697.615,11	78.347.829,73
Proveitos e Ganhos Financeiros		435.466,35	329.701,41
(D)		85.133.081,46	78.677.531,14
Proveitos e ganhos extraordinários		11.270.267,40	7.375.023,65
(F)		96.403.348,86	86.052.554,79
<b>Resumo:</b>			
Resultados Operacionais:(B)-(A)=		949.105,86	-3.903.177,33
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=		-2.430.200,04	-685.553,99
Resultados Correntes:(D)-(C)=		-1.481.094,18	-4.588.731,32
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(G)=		6.351.414,21	-2.742.285,58
Resultado Líquido do período atribuível:			
Município da Maia		6.288.216,40	-2.254.366,07
Interesses não controlados		63.197,81	-487.919,51

ANEXO III

<b>MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>			
	<b>31-Dez-15</b>	<b>31-Dez-14</b>	<b>Variação %</b>
<b>RECEBIMENTOS</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.820.223,98</b>	<b>13.898.248,13</b>	<b>-22,15%</b>
<b>Receitas orçamentais</b>	<b>89.952.055,75</b>	<b>70.340.793,83</b>	<b>27,88%</b>
Correntes	66.146.933,65	68.661.508,25	-3,66%
Capital	23.803.594,96	1.644.678,24	1347,31%
Outras	1.527,14	34.607,34	-95,59%
<b>PAGAMENTOS</b>			
<b>Despesas orçamentais</b>	<b>80.660.137,05</b>	<b>73.400.818,25</b>	<b>9,89%</b>
Correntes	43.582.828,49	51.048.278,12	-14,62%
Capital	37.077.308,56	22.352.540,13	65,88%
<b>Saldo final</b>	<b>20.112.142,68</b>	<b>10.838.223,71</b>	<b>85,57%</b>

Un:Euros

## ANEXO IV – 1

Ano 2015  
(unidade: euros)

### Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / Município da Maia					Município da Maia / Espaço Municipal EEM				
	Obrigações/pagamentos				Saldo final	Direitos/recebimentos				Saldo final
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.577.883,47	0,00	1.577.883,47	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.811.337,98</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.883,47</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.883,47</b>	<b>0,00</b>

a)

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / SMAS					SMAS / Espaço Municipal EEM				
	Obrigações/pagamentos				Saldo final	Direitos/recebimentos				Saldo final
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	240,44	3.361,73	0,00	3.359,54	242,63	0,00	0,00	0,00	0,00	242,63
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>240,44</b>	<b>3.361,73</b>	<b>0,00</b>	<b>3.359,54</b>	<b>242,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>242,63</b>

a)

Tipo de fluxos	Tecmaia /SMAS					SMAS/Tecmaia				
	Obrigações/pagamentos				Saldo final	Direitos/recebimentos				Saldo final
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	11.670,60	30.333,48	0,00	33.306,98	8.697,10	0,00	0,00	0,00	0,00	8.697,10
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.670,60</b>	<b>30.333,48</b>	<b>0,00</b>	<b>33.306,98</b>	<b>8.697,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.697,10</b>

a) A discriminar

Tipo de fluxos	Fundação Conservatório de Música da Maia / Município da Maia					Município da Maia / Fundação Conservatório de Música da Maia				
	Obrigações/pagamentos				Saldo final	Direitos/recebimentos				Saldo final
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	567,22	191,81	0,00	759,03	0,00	0,00	118.402,73	0,00	118.402,73	0,00
Participações do capital em numerário	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	28.986,61	0,00	0,00	28.986,61	0,00	0,00	0,00	0,00	28.986,61
<b>Total</b>	<b>25.567,22</b>	<b>29.178,42</b>	<b>0,00</b>	<b>759,03</b>	<b>53.986,61</b>	<b>0,00</b>	<b>118.402,73</b>	<b>0,00</b>	<b>118.402,73</b>	<b>53.986,61</b>

a) Transferência da dívida da Academia da Maia para o Município



ANEXO IV – 3

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	7.500,00	86.325,12	0,00	86.250,00	7.575,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.503.893,69</b>	<b>216.325,12</b>	<b>0,00</b>	<b>216.250,00</b>	<b>1.503.968,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a) Distribuição de dividendos

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	86.325,12	0,00	86.250,00	7.575,12
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.503.893,69</b>	<b>216.325,12</b>	<b>0,00</b>	<b>216.250,00</b>	<b>1.503.968,81</b>

a) Distribuição de dividendos

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.891,35	6.708.008,14	0,00	6.694.007,36	257.892,13
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.391.716,08	6.759.681,65	0,00	6.706.268,03	1.445.129,70
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.417,46	8.286,02	0,00	9.326,99	376,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	6.150,00	73.800,00	0,00	73.800,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.567,46</b>	<b>82.086,02</b>	<b>0,00</b>	<b>83.126,99</b>	<b>6.526,49</b>	<b>1.635.607,43</b>	<b>13.467.689,79</b>	<b>0,00</b>	<b>13.400.275,39</b>	<b>1.703.021,83</b>

a) Trabalhos especializados

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.891,35	6.708.008,14	0,00	6.694.007,36	257.892,13
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.391.716,08	6.759.681,65	0,00	6.706.268,03	1.445.129,70
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.417,46	8.286,02	0,00	9.326,99	376,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	6.150,00	73.800,00	0,00	73.800,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.567,46</b>	<b>82.086,02</b>	<b>0,00</b>	<b>83.126,99</b>	<b>6.526,49</b>	<b>1.635.607,43</b>	<b>13.467.689,79</b>	<b>0,00</b>	<b>13.400.275,39</b>	<b>1.703.021,83</b>

a) Trabalhos especializados

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	48.839,00	0,00	48.839,00	0,00	2.974,03	46.232,76	0,00	45.633,31	3.573,48
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	481.571,04	0,00	481.571,04	0,00	0,00	481.515,10	0,00	481.515,10	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>530.410,04</b>	<b>0,00</b>	<b>530.410,04</b>	<b>0,00</b>	<b>2.974,03</b>	<b>527.747,86</b>	<b>0,00</b>	<b>527.148,41</b>	<b>3.573,48</b>

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	48.839,00	0,00	48.839,00	0,00	2.974,03	46.232,76	0,00	45.633,31	3.573,48
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	481.571,04	0,00	481.571,04	0,00	0,00	481.515,10	0,00	481.515,10	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>530.410,04</b>	<b>0,00</b>	<b>530.410,04</b>	<b>0,00</b>	<b>2.974,03</b>	<b>527.747,86</b>	<b>0,00</b>	<b>527.148,41</b>	<b>3.573,48</b>

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	224.121,99	0,00	224.121,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	49.879,78	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>274.001,77</b>	<b>0,00</b>	<b>274.001,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.121,99	0,00	224.121,99	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>274.001,77</b>	<b>0,00</b>	<b>274.001,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a)

ANEXO IV – 4

Tipo de fluxos	Fundos de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior / Município da Maia				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a) Prestação Suplementar

Tipo de fluxos	Município da Maia / Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior/				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

a) Prestação Suplementar

Tipo de fluxos	Academia das Artes da Maia - PC EEM / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	25.509,88	0,00	25.509,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>25.509,88</b>	<b>0,00</b>	<b>25.509,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

a)

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /Academia das Artes da Maia - PC EEM				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.509,88	0,00	25.509,88	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.509,88</b>	<b>0,00</b>	<b>25.509,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Tipo de fluxos	Tecmaia / Município da Maia				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	35.787,10	3.443,68	0,00	3.443,68	35.787,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.243.581,81	0,00	9.243.581,81	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.835.177,10</b>	<b>3.443,68</b>	<b>0,00</b>	<b>3.443,68</b>	<b>2.835.177,10</b>	<b>0,00</b>	<b>9.243.581,81</b>	<b>0,00</b>	<b>9.243.581,81</b>	<b>0,00</b>

a) Venda de Imóveis

Tipo de fluxos	Município da Maia / Tecmaia				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.787,10	3.443,68	0,00	3.443,68	35.787,10
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	9.243.581,81	0,00	9.243.581,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>9.243.581,81</b>	<b>0,00</b>	<b>9.243.581,81</b>	<b>0,00</b>	<b>2.835.177,10</b>	<b>3.443,68</b>	<b>0,00</b>	<b>3.443,68</b>	<b>2.835.177,10</b>

a) Aquisição de Imóveis

Tipo de fluxos	MAIA IMO / Município da Maia				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	165,22	0,00	165,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.131,94	0,00	3.131,94	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>165,22</b>	<b>0,00</b>	<b>165,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.131,94</b>	<b>0,00</b>	<b>3.131,94</b>	<b>0,00</b>

a) Renda

Tipo de fluxos	Município da Maia / MAIA IMO				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,22	0,00	165,22	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	3.131,94	0,00	3.131,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3.131,94</b>	<b>0,00</b>	<b>3.131,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>165,22</b>	<b>0,00</b>	<b>165,22</b>	<b>0,00</b>

a) Renda

## ANEXO V

Mapa de Efetivos por Categorias																			
Município	Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia						Maambiente			Espaço Municipal			SMAS						
	2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014					
Dirigente - Intermédio	21	22	-1	Diretor Executivo	1	1	0	Diretores	2	2	0	Vogais	1	1	0	Técnicos Superiores	16	16	0
Técnico Superior	278	304	-26	Secretária de Direção	1	1	0	Gestores de Unidade	1	1	0	Técnicos Superiores	12	12	0	Coordenadores Técnicos	14	14	0
Assistente Técnico	210	214	-4	Técnicos Superiores	3	3	0	Técnicos Superiores	5	3	2	Assistentes Administrativos	9	9	0	Assistentes Técnicos	32	32	0
Assistente Operacional	430	432	-2	Administrativos	4	4	0	Assessor de Administração	1	1	0	Operários	3	4	-1	Encarregado Geral	1	1	0
Informáticos	11	11	0	Fiscal Coordenador	1	1	0	Assistentes Administrativos	4	4	0					Encarregado	3	3	0
Polícia Municipal	22	23	-1	Fiscais	3	3	0	Auxiliares Administrativos	3	3	0					Assistentes Operacionais	86	89	-3
Outros	22	21	1	Fiscal Vigilante Coordenador	1	1	0	Técnico de Informática	1	1	0					Fiscais	2	2	0
				Fiscais Vigilantes	5	5	0	Chefias Intermédias	7	7	0					Especialista de Informática	1	1	0
				Coordenador de Manutenção	1	1	0	Condutores de Máq. Pesadas e Veículos Especiais	30	31	-1								
				Auxiliar de Serviços Gerais	1	2	-1	Cantoneiros de Limpeza	76	76	0								
<b>Total</b>	<b>994</b>	<b>1027</b>	<b>-33</b>	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>-1</b>	<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>129</b>	<b>1</b>	<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>-1</b>	<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>158</b>	<b>-3</b>

Mapa de Efetivos por Categorias															
Fundação Conservatório de Música da Maia	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.				Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.				PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, SA						
	2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014				
Técnicos Superiores	2	1	1	Direção Geral	1	1	0	Dirigentes	11	7	4	Técnicos Superiores	5	5	0
Escriturários	3	3	0	Direção / Chefias Serviços	2	2	0	Técnico Superior	11	36	-25				
Contínuos	2	3	-1	Técnicas	3	3	0	Assistente Técnico	5	5	0				
Empregada de Limpeza	1	1	0	Administrativas	2	2	0	Informático	4	4	0				
Professores	32	36	-4												
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>44</b>	<b>-4</b>	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>52</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>





**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL